

# MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO GLOBAL

## XV

### Congresso Nacional do Partido Socialista



10, 11 e 12 de Novembro de 2006

## SANTARÉM

CNEMA - Centro Nacional de Exposições

# “O Rumo do PS: Modernizar Portugal”

1º SUBSCRITOR: JOSÉ SÓCRATES

## Parte I - Merecer a confiança dos portugueses

### 1. Da oposição à vitória

Quando realizou o seu último Congresso, em Outubro de 2004, o Partido Socialista estava na oposição. O País - governado por uma coligação de direita, formada pelo PSD e o CDS-PP - vivia uma profunda crise de esperança. A governação da direita falhara rotundamente no seu objectivo central de controlar o défice das contas públicas e era evidente para todos que se limitava a procurar disfarçar o fracasso com malabarismos contabilísticos e truques orçamentais. Para os portugueses, o preço dessa obsessão foi elevado, traduzindo-se, fundamentalmente, num crescimento vertiginoso do desemprego e numa grave e prolongada recessão. Aos maus resultados da governação juntava-se, ainda, uma dupla crise de confiança: uma crise de confiança num Governo sem norte nem sentido de Estado e, sobretudo, uma crise de confiança no futuro do País e nas suas capacidades.

Dando seguimento a um consistente trabalho político, o XIV Congresso do PS, realizado em Guimarães, permitiu afirmar o Partido Socialista como a melhor resposta para a crise de esperança da sociedade portuguesa. O PS preparou e realizou esse seu Congresso num clima de elevada mobilização e extraordinária maturidade democrática, promovendo um debate livre, franco e aberto sobre as melhores estratégias e as melhores soluções para os problemas do País. Democraticamente - em eleições directas, amplamente participadas - os militantes do PS fizeram as suas escolhas para o futuro. E, com clareza, escolheram o caminho da renovação e da abertura do Partido Socialista, para protagonizar, como força política da esquerda moderna, um projecto de profunda modernização do Estado, da economia e da sociedade portuguesa. Todavia, conscientes da dimensão da tarefa, os militantes do PS decidiram mais: escolheram apostar, sem ambiguidades, na obtenção de uma maioria absoluta, como forma de reunir as condições políticas necessárias para a concretização do programa de reformas de que o País carecia.

Hoje, dois anos depois, ao realizar o seu XV Congresso, o PS já não está na oposição: está no Governo - e com a primeira maioria absoluta da sua história. E o País trocou a sua crise de esperança por uma progressiva e sustentada recuperação da confiança. O caminho escolhido pelos militantes do PS confirmou-se, portanto, como o caminho certo.

### 2. Do compromisso à responsabilidade

Nas eleições legislativas de Fevereiro de 2005 os portugueses puderam ver um Partido Socialista confiante e determinado, unido em torno da proposta política democraticamente definida, mobilizador de múltiplas energias e vontades de mudança, congregadas no movimento Novas Fronteiras e, acima de tudo, capaz de propor ao País um Rumo: uma estratégia de futuro, assente no Plano Tecnológico e na batalha das qualificações, desde o primeiro ciclo do ensino básico; uma renovada prioridade ao crescimento económico e ao emprego; um

programa sério de consolidação das contas públicas, de reestruturação da administração pública e de reforma da segurança social; um compromisso ambicioso, com medidas concretas, de combate à burocracia e uma aposta forte numa nova geração de políticas sociais, com o relançar do combate à pobreza, sobretudo entre os idosos.

A resposta dos portugueses foi inequívoca, como inequívocas são as responsabilidades que decorrem para o PS do mandato popular que tão expressivamente lhe foi conferido. A principal prioridade do PS é clara: merecer a confiança dos portugueses. Sabemos que os portugueses confiam no PS para devolver a credibilidade às instituições, para superar a crise de confiança e, sobretudo, para conduzir as reformas de que o País precisa no caminho do desenvolvimento. E sabemos que o nosso dever é estar à altura destas responsabilidades.

Esse sentido das responsabilidades, aliás, está bem presente no PS e tem orientado, em todos os domínios e em todos os momentos, a acção do Partido Socialista. Foi com sentido das responsabilidades que o PS teve a coragem de recusar quaisquer cálculos eleitorais de curto prazo na decisão das medidas urgentes necessárias à boa governação; foi com sentido das responsabilidades que se apresentou, em circunstâncias difíceis, às eleições locais de Outubro de 2005 e assumiu as vitórias e as derrotas que então averbou e foi, também, com sentido das responsabilidades que, depois de apoiar o Dr. Mário Soares nas Presidenciais e de com ele se solidarizar, soube preservar o espírito de unidade interna e interpretar democraticamente os resultados, fazendo prevalecer os interesses nacionais no relacionamento com o Presidente da República eleito, como sempre aconteceu ao longo do mandato de notável serviço à causa pública do anterior Presidente da República, Jorge Sampaio. Mas, sobretudo, foi ao constituir um Governo coeso, competente e determinado, capaz de devolver a sobriedade à governação e de empreender, em nome do interesse geral, o caminho das reformas e foi ao assegurar a esse Governo, através da Maioria parlamentar, um apoio atento e firme, que o Partido Socialista mais se mostrou à altura das suas enormes responsabilidades e da confiança dos portugueses.

“Portugal tem no PS o partido que pegou num País desanimado e em crise e começou a enfrentar os problemas, com coragem e com determinação, fazendo prevalecer o interesse geral sobre os interesses particulares e corporativos que durante tanto tempo bloquearam as mudanças necessárias. Em ano e meio, o PS deu um rumo à governação, lançou reformas há muito adiadas e impulsionou múltiplos processos de modernização na economia e no Estado. Apesar de todas as dificuldades e resistências, o Governo PS foi capaz de iniciar um processo sério de consolidação das contas públicas e de, simultaneamente, começar a dar a volta à economia, recolocando-a numa trajectória de crescimento (assente, fundamentalmente, nas exportações) e de criação de emprego. Fiel aos seus valores de sempre, o PS relançou as políticas sociais e o combate à pobreza, sobretudo entre os idosos, retomando o investimento nesta áreas, para uma sociedade mais justa e com mais atenção a quem mais precisa. Por tudo isto, o PS que se reúne no

Congresso de Novembro é, certamente, um PS seguro do trabalho feito - mas não pode deixar de ser, sobretudo, uma força política responsável que sabe que tem ainda pela frente muito trabalho e mais de metade da legislatura” (José Sócrates, in “Expresso”, 2/9/06).

Assim, neste XV Congresso - decorrido, apenas, o primeiro ano e meio desta legislatura - estar à altura das responsabilidades e da confiança dos portugueses significa para o Partido Socialista reafirmar, com clareza, a sua absoluta determinação em prosseguir, até ao fim, o caminho das reformas, dando pleno cumprimento ao compromisso eleitoral assumido pelo PS com os portugueses nas últimas eleições legislativas (“Compromisso de Governo Para Portugal, 2005-2009”), compromisso esse que permanece válido e continua a constituir, na forma de Programa do Governo para a legislatura, o principal referencial de esperança para um Portugal mais moderno, mais desenvolvido e mais justo.

## Parte II - Uma dinâmica reformista para Modernizar Portugal

### 1. Uma nova atitude na governação

Ao determinar, em 20 de Fevereiro de 2005, a maioria absoluta do Partido Socialista, o eleitorado atribuiu-lhe um mandato claro: constituir um Governo estável, que trabalhasse no horizonte de uma legislatura, capaz de restaurar a credibilidade das instituições políticas e enfrentar e resolver os graves problemas do País.

O Governo é fiel a esta sua marca genética. É um Governo sóbrio e coeso, mais pequeno do que os anteriores, reservado no seu funcionamento e concentrado no trabalho. É um Governo com sentido de Estado, respeitador das instituições e cumpridor das suas obrigações perante a Assembleia da República. É um Governo credível, que não subordina a sua acção a quaisquer cálculos eleitorais e assume com transparência as dificuldades da situação herdada, preferindo concentrar-se na resolução dos problemas em vez de perder tempo a falar do passado. É, também, um Governo determinado, que coloca o interesse geral acima dos interesses particulares e corporativos, não hesitando em afrontar rotinas e poderes instalados para agir com equidade em defesa da sustentabilidade do Estado social e dos serviços públicos. E é, enfim, um Governo com visão de futuro, que enfrenta, simultaneamente, os problemas conjunturais e estruturais, capaz de tomar medidas cujos efeitos se projectam para lá do ciclo eleitoral - e que trabalha para reduzir as desigualdades e criar oportunidades para todos os portugueses.

### 2. A dinâmica reformista do Governo do PS

O Programa do Governo é o programa com que o Partido Socialista se apresentou às eleições legislativas - e as venceu. Esse Programa desenvolve um conjunto de opções políticas e propósitos fundamentais, de que aqui se destacam:

- Relançar o crescimento da economia e do emprego em bases sustentáveis, superando a crise orçamental e promovendo uma verdadeira consolidação das contas públicas;

- Mobilizar o País em torno do Plano Tecnológico, para uma nova estratégia de competitividade e desenvolvimento, assente no conhecimento, na inovação e na modernização tecnológica, com uma forte aposta na qualificação dos portugueses;

- Modernizar a administração pública, adequando as suas estruturas e os seus recursos, qualificando os serviços e simplificando os procedimentos;

- Concretizar uma nova geração de políticas sociais, reformando e defendendo o nosso modelo social, garantindo um sistema de segurança social sustentável, promovendo a equidade e a eficiência nos serviços dirigidos ao bem-estar e combatendo a pobreza e a exclusão;

- Promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, valorizando o ambiente e o ordenamento do território e mobilizando todas as políticas sectoriais relevantes;

- Qualificar o sistema de justiça, o sistema político e a própria democracia.

É este programa que inspira toda a dinâmica reformista do Governo do PS. Na verdade, a palavra-chave para o PS no Governo é “Modernização”. Trata-se de desafiar a economia e a sociedade portuguesas para uma nova ambição e para um salto qualitativo no processo de desenvolvimento - sabendo bem, na sólida tradição da esquerda democrática, que a redução das desigualdades e a justiça social constituem, não um obstáculo, mas sim um factor da modernização que desejamos.

A modernização exige um permanente impulso reformista - em particular quando o País acusa o desgaste de uma crise prolongada e a memória de tantos projectos mal sucedidos ou adiados. Acresce que estamos, de facto, confrontados com problemas difíceis: um desequilíbrio das contas públicas que temos de corrigir até 2008; um crescimento da economia ainda moderado e condicionado pelas taxas de juro, pelo preço do petróleo e pela concorrência das economias emergentes; e, sobretudo, enormes défices estruturais, que estão na raiz do nosso atraso: nas qualificações, no padrão de especialização produtiva e na organização e funcionamento do Estado.

Mas é preciso fazer dos problemas desafios e oportunidades para as mudanças necessárias. Esta é a atitude do PS.

Nenhuma mudança estrutural se faz sem uma forte vontade política e sem coragem reformista. É preciso saber romper com práticas instaladas e inércias imemoriais, não transigir com regalias e excepções que há muito perderam justificação e, sobretudo, não pactuar com a captura do Estado por interesses corporativos e sectoriais.

Por isso, o Governo do PS empreendeu, em apenas ano e meio, um ambicioso conjunto de reformas que há muito eram reconhecidas como necessárias mas que nunca tinha havido a coragem de efectuar: a reforma da administração pública, com a reestruturação da administração central do Estado (Programa PRACE), em busca da eficiência, da qualificação dos serviços públicos e da racionalização das estruturas e dos recursos, mas também com a simplificação dos procedimentos e o combate à burocracia (Programa SIMPLEX); a reforma da segurança social, em busca de maior justiça

e sustentabilidade na protecção social, com a convergência entre os regimes público e privado, a eliminação de injustificados regimes especiais na função pública, a introdução do factor de sustentabilidade, a antecipação da nova fórmula de cálculo das pensões, as medidas de promoção do envelhecimento activo e uma eficiência nunca antes alcançada no combate à fraude e à evasão nas contribuições; a reforma da justiça, em busca de uma maior celeridade e de uma mais efectiva garantia dos direitos e dos contratos, com o plano de acção para o descongestionamento dos tribunais, a revisão do mapa judiciário e a alteração da legislação em áreas tão decisivas como os recursos ou a matéria penal; a reforma do sistema de educação/formação, no âmbito do Plano Tecnológico, em busca de melhores qualificações para os portugueses, com a reorganização estrutural do primeiro ciclo do ensino básico, o combate ao abandono e ao insucesso escolar, a valorização do ensino tecnológico e profissional, a aposta na formação profissional (Iniciativa Novas Oportunidades), o início do reordenamento do ensino superior e a recuperação do atraso no Processo de Bolonha.

Estas e outras mudanças estruturais começaram, finalmente, a acontecer com o Governo e a Maioria do PS – mas há ainda muito trabalho a fazer. O dever do PS é reafirmar a sua determinação em prosseguir o caminho das reformas para que Portugal possa ganhar o futuro.

### 3. Uma acção com resultados

A avaliação do Governo do PS deve ser feita no final da legislatura, que ainda não vai sequer a meio. Mas a verdade é que, em apenas ano e meio, o Governo do PS já deu provas da sua capacidade de agir - e já alcançou importantíssimos resultados, incluindo nas três áreas decisivas da economia, do emprego e do défice orçamental:

- No crescimento da economia: invertemos a trajectória recessiva da economia, que recebemos com um crescimento negativo de -0,1% e está outra vez a crescer, sustentada sobretudo, como interessa, pelas exportações e forçando a revisão em alta das previsões de crescimento da economia portuguesa por todas as instituições nacionais e internacionais;

- No emprego: estancámos o aumento do desemprego, com a redução inédita de 7 décimas na taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre de 2006, de 8% para 7,3%, e com a economia a gerar num ano, em termos líquidos, 48.000 novos empregos;

- Na consolidação das contas públicas: apresentámos um Programa de Estabilidade e Crescimento credível e estamos a reduzir o défice orçamental, que recebemos em 2005 com 6,83% e será no final de 2006 de 4,6%, sendo que cumprimos as metas a que nos comprometemos com seriedade e sem recurso a truques, nem receitas extraordinárias.

Por outro lado, em apenas ano e meio, os portugueses puderam começar a ver mudanças efectivas, todas no sentido de superar os problemas e melhorar a vida das pessoas ou das empresas, e de que aqui se assinalam apenas algumas: a Empresa na Hora; a Marca na Hora; a eliminação de milhares de escrituras, registos, actos notariais e outras burocracias inúteis; o Documento Único Automóvel e o lançamento dos projectos do Passaporte Electrónico e do Cartão de Cidadão; o Diário da República Electrónico, de acesso universal e gratuito, e o fim da sua edição generalizada em papel; o sistema de acompanhamento dos projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), para uma resposta mais rápida da administração no caso de

grandes investimentos; o desbloqueio do projecto de Tróia; a superação do impasse no sector energético, com a adopção de uma nova estratégia e a procura de mais concorrência em benefício dos consumidores; a solução para o arrastado problema accionista e estratégico da GALP e da EDP; a forte aposta nas energias renováveis e na eficiência energética; os ambiciosos concursos para as eólicas, as centrais de biomassa e de ciclo combinado; os programas INOV-Jovem e INOV-Contacto, com mais oportunidades para os jovens e para as pequenas e médias empresas; uma nova e mais justa lei das rendas, para a dinamização do mercado de arrendamento e para a recuperação do parque habitacional das cidades; a racionalização do regime da reserva ecológica nacional; a nova Lei da Água; a redução das férias judiciais e o Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais, nomeadamente com as suas medidas para o combate à litigância de massa; as medidas de combate à fraude e à evasão nas contribuições fiscais e para a segurança social, com resultados nunca antes alcançados para uma maior justiça contributiva; a legislação já adoptada para eliminar mais de 180 estruturas administrativas inúteis ou dispensáveis e reduzir em 25% os cargos de chefia na administração pública; a resolução dos gravíssimos problemas com o concurso dos professores e o novo modelo de concurso para três anos, favorecendo a estabilidade do corpo docente das escolas; o regresso à normalidade e à pontualidade no início dos anos lectivos; o reordenamento do parque escolar, com o encerramento de quase 1500 escolas com insuficiente número de alunos e elevados níveis de abandono ou insucesso escolar; a melhoria do primeiro ciclo do ensino básico, com as escolas abertas até às 17.30, o ensino do inglês, o reforço da formação dos professores em matemática, os programas para a generalização do desporto escolar e do ensino artístico e a garantia de refeições para as crianças; as aulas de substituição para um pleno aproveitamento do tempo passado na escola; o aumento do número de vagas em cursos tecnológicos e profissionais e em cursos de educação e formação; o aumento substancial da rede de ensino profissional e as dezenas de novos Centros de Reconhecimento, Verificação e Certificação de Competências, para proporcionar novas oportunidades; o Portal Net-Emprego; o Compromisso com a Ciência, com o aumento do investimento nesta área e mais bolsas e apoios para as instituições e a comunidade científica; a reposição dos benefícios fiscais para a Investigação & Desenvolvimento nas empresas; os novos incentivos para a aquisição de computadores; o Programa Ligar Portugal e a difusão da acessibilidade à Internet em banda larga, em todo o território nacional; a Caixa Postal Electrónica; a venda de medicamentos sem receita médica fora das farmácias e as alterações acordadas para o sector farmacêutico, com o aumento do número de farmácias, o alargamento dos horários, a abertura de farmácias 24 horas por dia nos hospitais públicos e a limitação dos preços dos medicamentos; o encerramento, a conselho técnico, de diversos blocos de partos, por forma a garantir melhores condições de atendimento e a favorecer a saúde materno-infantil; o lançamento da rede de Unidades de Saúde Familiar e da rede de Cuidados Continuados para Idosos e Dependentes; a criação do Complemento Solidário para Idosos e o Programa de Apoio à Rede de Equipamentos Sociais (PARES), para aumentar em 45 mil as vagas em creches, centros de dia, lares de idosos, serviços de apoio domiciliário e instituições vocacionadas para o acolhimento de pessoas

com deficiência; a atribuição do abono de família para os imigrantes que descontam para a segurança social; o acordo para permitir o acesso do público à Coleção Berardo, superando um impasse de anos e evitando a sua saída de Portugal e o novo dinamismo da Agência de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) com as suas iniciativas de fiscalização em defesa dos consumidores.

Enfrentámos com nova visão, novos meios e melhores resultados o flagelo dos fogos florestais, quer no plano da prevenção, quer no plano da primeira intervenção e do combate e trabalhámos para alcançar uma redução muito significativa da sinistralidade rodoviária. Na Agricultura ou na Economia, no Ambiente ou no Ordenamento do Território, no Trabalho ou na Cultura, nas mais diversas áreas, enfim, são evidentes os propósitos e os resultados de ano e meio de uma governação actuante. Do mesmo modo, nas áreas de soberania, como a Administração Interna, a Justiça, a Defesa ou os Negócios Estrangeiros, trouxemos outro sentido do Estado e compromissos de racionalização, modernização e articulação com a União Europeia.

Na frente parlamentar, deixámos também contributos da maior relevância para a reforma do sistema político e a melhoria da qualidade da democracia. À cabeça, a nova Lei da Paridade; depois, a limitação dos mandatos executivos nas autarquias locais, o fim das subvenções vitalícias e demais regimes especiais de protecção para deputados e outros titulares de cargos políticos; as novas regras sobre a nomeação de dirigentes na função pública, substituindo a livre nomeação política pelos concursos para os cargos de direcção intermédia e limitando a sujeição de certos cargos de direcção superior às contingências da mudança de governos; as novas leis eleitorais da Madeira e dos Açores; os mecanismos para um maior envolvimento da Assembleia nas questões europeias e a criação e entrada em funcionamento da Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Se a isto somarmos a Lei sobre a Procriação Medicamente Assistida ou a nova Lei da Nacionalidade, fica evidente o conjunto de transformações, com efeitos no bem-estar das pessoas e na integração social, de ano e meio de Maioria do PS.

Acresce que o PS, apesar da sua maioria absoluta e da sua exigente agenda de reformas, não tem deixado de procurar obter, sempre que possível, um apoio social e político ainda mais alargado para as suas propostas de mudança. Assim, na contratação colectiva, nas farmácias, na segurança social, na justiça, tal como na esmagadora maioria das suas iniciativas legislativas no Parlamento o PS esteve sempre acompanhado por outras forças sociais e políticas.

O Governo e a Maioria do PS assumem a sua dinâmica reformista e a sua determinação numa acção que já produziu e cada vez produzirá mais resultados. É esta acção que assegura a credibilidade da governação e reforça a confiança. O PS está em guerra com o pessimismo e aposta na iniciativa e nas capacidades dos portugueses. Mas conhecemos as dificuldades e não anunciamos a retoma. Trabalhamos apenas para que ela se concretize.

### 4. A marca da esquerda europeia, democrática e moderna

Em 2005, o voto popular impôs uma alternativa. Uma dupla alternativa: alternativa à visão e às políticas de direita; e alternativa ao fechamento da esquerda imobilista nas soluções do passado e nas lógicas corporativas. O PS tem concretizado a alternativa escolhida pelos portugueses.

Uma alternativa de liberdade: defesa da paz e do direito internacional, aprofundamento da democracia, remoção das peias burocráticas e corporativas que estorvam a iniciativa individual, promoção da concorrência num mercado regulado, estímulo ao voluntariado e apelo à responsabilidade individual, bem como à responsabilidade social das empresas e das instituições.

Uma alternativa de igualdade: prioridade às políticas de desenvolvimento das capacidades pessoais e de igualdade de oportunidades, designadamente pela educação, a formação profissional e a formação de adultos; combate às situações de pobreza, designadamente entre os idosos; políticas de inclusão, designadamente dos imigrantes e das pessoas portadoras de deficiência; paridade, políticas de não discriminação e de igualdade de género; determinação na sustentação e eficiência dos serviços públicos, nos vários domínios, de modo a garantir o acesso de todos, com particular atenção aos menos favorecidos, a bens públicos essenciais, como a saúde, o ensino, as comunicações ou a cultura.

Uma alternativa de justiça: colocando, sem hesitações, o interesse geral acima de quaisquer interesses particulares; combatendo privilégios e regalias de uns tantos, onde se gastam desproporcionadamente recursos públicos que bem podem ser canalizados para atender ao maior número; derrogação sistemática de tudo o que é situação especial, privilégio de grupo ou casta, iniquidade gritante; reestruturação, em suma, de múltiplos sistemas públicos na lógica da sua acessibilidade universal e da salvaguarda da sua dimensão prestacional e, quando for o caso, redistributiva.

Uma alternativa de solidariedade: como bem o mostra o debate em curso sobre a segurança social, e o combate que nele o PS conduz. Quer contra aqueles que, à direita, querem privatizar o sistema, não hesitando em sacrificar o futuro da segurança social face aos interesses imediatos que se jogam no mercado de capitais; quer contra aqueles que, alegadamente à esquerda, querem deixar tudo como está, sacrificando as empresas e as gerações futuras com mais impostos e ameaçando todo o sistema de protecção social. A solidariedade, intra e intergeracional, é bem a marca de água que distingue a política da esquerda democrática, que não é por isso menos moderna. Como se escreveu na Moção de Estratégia aprovada no último Congresso: "O desmantelamento do contrato social europeu do pós-guerra – sob assalto em várias frentes – representa, para os socialistas, um inaceitável recuo de civilização. Por isso, o principal desafio que o nosso tempo põe aos socialistas é o de travar o desmantelamento do modelo social europeu, preservar o contrato social que lhe está subjacente e reconstruir as condições da sua sustentabilidade, aprofundamento e modernização, reconhecendo os constrangimentos da evolução demográfica e a necessária regulação da imigração".

Uma alternativa de modernidade: aposta no conhecimento e na inovação; consciência da centralidade da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da economia; compromisso com a sociedade da informação; promoção activa do empreendedorismo – ou seja, tudo quanto, o Plano Tecnológico corporiza, como ideia motriz de política para o futuro; e também a adesão, sem hesitar, às bandeiras da modernidade na vida quotidiana, seja na preservação e valorização do ambiente, seja na qualificação das cidades, seja no ordenamento do território, seja no pleno aproveitamento, eticamente balizado, dos avanços da biomedicina.

Que não haja, pois, dúvidas: a prática polí-

tica do PS traduz a concretização da perspectiva da esquerda moderna, numa democracia europeia. É mudar com determinação reformista, é agir com sentido de modernidade, é realizar os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade.

### Parte III - Os próximos dois anos: objectivos políticos principais

O XV Congresso do PS deve definir o rumo do Partido para o próximo biénio, ou seja, até ao fim de 2008. Para isso importa definir e assumir os objectivos políticos principais para o futuro próximo.

#### 1. Cumprir o Programa do Governo e prosseguir as reformas

Cumprir o Programa do Governo e prosseguir o caminho das reformas, honrando o compromisso assumido com os portugueses, eis aquele que é, necessariamente, o primeiro objectivo político do Partido Socialista para os próximos dois anos.

O pior que podia acontecer ao País e ao projecto do PS seria ficar a meio e não levar até ao fim o impulso reformista, descurando o pleno aproveitamento das condições políticas agora reunidas e defraudando a expectativa dos cidadãos. De facto, todo o trabalho efectuado pelo PS no sentido da progressiva recuperação da confiança seria em vão se os portugueses vissem toda esta dinâmica de modernização da economia e do Estado ficar pelo caminho.

Mas isso não acontecerá. Pelo contrário:

O PS continuará a promover o crescimento da economia e a criação de emprego, estimulará as exportações e o investimento e apoiará as pequenas e médias empresas e os sectores económicos mais decisivos, da indústria à logística, do comércio ao turismo, da agricultura aos serviços;

O PS cumprirá o Programa de Estabilidade e Crescimento, consolidando as contas públicas e reduzindo o défice para menos de 3% em 2008;

O PS dará seguimento ao Plano Tecnológico, investindo na qualificação das pessoas, no conhecimento, na inovação e na modernização tecnológica, e assim levará mais longe os objectivos da Estratégia de Lisboa;

O PS continuará a dar prioridade à Ciência, reforçará o investimento no sector, fomentará o desenvolvimento da comunidade científica e promoverá uma cultura de avaliação e de exigência, ao mesmo tempo que adaptará as estruturas e concluirá a reforma dos laboratórios do Estado;

O PS dinamizará a reforma das universidades e do ensino superior em geral, promovendo, na base da avaliação em curso - e no seguimento das iniciativas já tomadas, designadamente com a adaptação ao processo de Bolonha - um reordenamento que se tornou inadiável;

O PS prosseguirá a batalha das qualificações, na formação profissional mas também na reforma da educação, em todos os níveis de ensino, reforçando a autonomia de gestão das escolas e concentrando esforços nos resultados em benefício dos alunos, nomeadamente em matéria de combate ao insucesso e ao abandono escolar;

O PS concluirá a reforma da administração pública, procederá à adaptação da estrutura e dos recursos de todos os organismos e serviços, aplicará a legislação da mobilidade, dará mais racionalidade e equidade à estruturação das carreiras e introduzirá a avaliação, como forma de estimular o desempenho e premiar o mérito;

O PS prosseguirá, com criatividade e inconformismo, o combate pela simplifi-

cação dos procedimentos administrativos e estendê-lo-á aos sistemas de licenciamento de actividades económicas e de gestão territorial, sem deixar de garantir um elevado grau de rigor e exigência na preservação dos recursos e dos valores ambientais;

O PS relançará o processo de descentralização, devolverá coerência ao associativismo municipal e promoverá a racionalidade na organização territorial, ao mesmo tempo que dará ao País e às autarquias uma Lei das Finanças Locais mais justa e equilibrada e continuará a reforçar as condições para o regresso ao tema da regionalização na próxima legislatura;

O PS respeitará a autonomia regional, e fará aprovar uma Lei das Finanças Regionais que assegure mais equidade, mais transparência e mais responsabilidade;

O PS dará seguimento à reforma da justiça e não desistirá dos objectivos de superar o congestionamento dos tribunais, garantir os direitos e os contratos e combater a criminalidade, a corrupção e o branqueamento de capitais;

O PS continuará a promover o ordenamento e a gestão florestal, bem como a qualificação da agricultura e o desenvolvimento rural;

O PS promoverá a coesão territorial, lutará pelo desenvolvimento económico-social das regiões do interior, valorizará o território, as cidades, o ambiente, cumprirá o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, promoverá a eficiência energética, as energias renováveis, a qualificação dos transportes públicos e racionalização da sua gestão por via de autoridades metropolitanas, e dará ao País, finalmente, uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, um Programa Nacional de Ordenamento do Território e uma Estratégia Nacional para o Mar;

O PS prosseguirá o caminho do fortalecimento do Estado social, tornando mais justos, sustentáveis e eficientes os sistemas públicos de segurança e solidariedade social, bem como os sistemas públicos de saúde e de educação;

O PS trabalhará para a qualificação do Serviço Nacional de Saúde e concentrará esforços na obtenção dos melhores padrões internacionais em matérias como a acessibilidade aos cuidados de saúde primários, a garantia dos cuidados continuados para idosos, a saúde materno infantil, o combate às dependências e a prevenção do tabagismo e da obesidade e a melhoria dos indicadores quanto às doenças responsáveis por elevada morbilidade;

O PS aprofundará a nova geração de políticas sociais, permanecerá activo na defesa dos direitos das minorias e no combate à exclusão, fomentará a igualdade de género, agirá contra a violência doméstica, reforçará os incentivos à natalidade aumentando o apoio às famílias com filhos, nomeadamente intensificando a discriminação positiva no abono de família e aumentando em 50% as vagas em creches, apoiará o associativismo juvenil e estimulará as iniciativas e o empreendedorismo juvenil, adaptará às novas realidades as iniciativas da luta contra a droga e de apoio aos toxicodependentes, intensificará as políticas dirigidas às pessoas com deficiência e continuará a promover a integração dos imigrantes;

O PS aprovará uma Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto que seja um instrumento efectivo a favor da generalização da prática desportiva, investirá no desporto escolar e reforçará o apoio e a exigência para com o movimento associativo desportivo;

O PS continuará a investir na segurança, no controlo das fronteiras e na protecção civil, clarificando prioridades, adequando

estruturas, racionalizando recursos e fortalecendo parcerias;

O PS promoverá a cultura, a cidadania e a qualidade da democracia, estimulará a participação política, prosseguirá no caminho da paridade e tomará a iniciativa de novos aperfeiçoamentos no sistema político, nomeadamente por via de novas leis eleitorais capazes de, preservando o princípio da proporcionalidade e o valor da estabilidade política, favorecer a ligação entre os eleitos e os eleitores;

O PS trabalhará em favor da paz, do diálogo entre culturas, do respeito pelo direito internacional, do combate ao terrorismo, da cooperação lusófona e da ajuda ao desenvolvimento.

O caminho é longo e exigente mas o dinamismo reformista do PS deve prosseguir até ao final da legislatura, para uma economia mais competitiva, um Estado mais eficiente e um País mais justo e solidário, com mais qualidade de vida.

#### 2. Definir a estratégia de desenvolvimento do País para 2007-2013 (QREN)

O PS tem vindo a desenvolver, nomeadamente através da sua acção governativa, uma política que valoriza como prioridade maior a ultrapassagem dos bloqueios estruturais que condicionam e limitam o nosso potencial de crescimento e o desenvolvimento económico e social. A resposta às dificuldades da conjuntura não pode nem deve ser dada fora do quadro de uma estratégia de médio e longo prazo orientada para uma aceleração da convergência de Portugal com os países mais desenvolvidos da União Europeia. A utilização dos apoios estruturais oriundos da União Europeia tem um papel decisivo nesse esforço. O Governo do PS conseguiu um importante resultado para Portugal na negociação das perspectivas financeiras da União Europeia para 2007-2013. Todavia, é imperioso reconhecer que se é verdade que com os anteriores Quadros Comunitários de Apoio Portugal registou progressos relevantes em diversos domínios, a aplicação desses enormes recursos não atingiu plenamente os resultados que estavam ao nosso alcance.

É necessário fazer mais e melhor no horizonte de 2013, tendo em conta, nomeadamente, o agravamento das condições concorrenciais da nossa economia. Para o conseguir, necessitamos de dois instrumentos fundamentais: por um lado, uma clara e firme definição de objectivos e prioridades; por outro, regras de gestão e aplicação dos fundos eficientes e eficazes.

No plano dos objectivos e das prioridades o PS tem uma agenda clara e com um enorme potencial de mobilização da sociedade portuguesa:

- colocar a qualificação das pessoas na primeira linha, reorientando profundamente a formação inicial dos jovens no sentido do reforço da empregabilidade, ambicionando uma recuperação sem precedentes dos níveis de formação e qualificação dos activos e reforçando o investimento na ciência e na formação avançada;

- promover um reforço sustentado dos factores de competitividade da economia, seja no apoio ao investimento modernizador, em particular na capacitação de uma densa rede de PME com capacidade de concorrer no mercado global, seja na intensificação dos esforços para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento empresarial, nomeadamente no domínio da redução dos chamados "custos de contexto";

- renovar o compromisso com a valorização do território no sentido da coesão e da

equidade, onde se reduzam as desigualdades, onde se reforcem as redes de infra-estruturas essenciais à competitividade dos territórios e à coesão das comunidades e onde se garanta a sustentabilidade ambiental das opções de desenvolvimento.

Mas esta agenda de prioridades não será eficaz se não for servida por uma renovação da gestão do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

Possuir prioridades claras e definidas exige duas condições básicas de gestão: concentração num número reduzido de instrumentos e elevada selectividade nos apoios a conceder. O Governo do PS deverá, assim, orientar a gestão do QREN em duas direcções claras: na definição de um conjunto limitado de programas sectoriais que correspondam às três prioridades estratégicas identificadas e na criação de programas regionais que assegurem o desenvolvimento autónomo das prioridades estratégicas das Regiões Autónomas e que garantam uma elevada adesão das acções às necessidades das regiões do continente, em particular no domínio infra-estrutural.

A eficácia da utilização do QREN na produção de resultados estruturantes no domínio económico e social é fundamental para a ultrapassagem dos défices estruturais do nosso País. É, pois, essencial que saibamos optar por projectos com essa dimensão e capacidade. O PS agirá, a todos os níveis da sociedade, para mobilizar todos os agentes relevantes, capazes de gerar essas iniciativas e de serem os interlocutores-chave para a sua concretização.

#### 3. Prestigiar Portugal e fortalecer a Europa na presidência da União Europeia

Ao pensar o próximo biénio, o PS, como partido com responsabilidades governativas, não pode deixar de inscrever entre as suas prioridades a de prestigiar Portugal e fortalecer a Europa na Presidência portuguesa da União Europeia, que terá lugar já no segundo semestre de 2007.

Fiel à sua história, o PS permanece mobilizado pelo projecto europeu e empenhado na construção europeia. Mais do que nunca, o Mundo precisa de uma Europa forte, capaz de ser não apenas um espaço de prosperidade mas também um factor de equilíbrio e uma força efectiva em favor da paz, do diálogo entre civilizações e culturas, da cooperação para o desenvolvimento e da regulação da globalização. Na Moção de Estratégia aprovada no último Congresso dissemos: "uma globalização económica e regulada pode e deve servir os interesses dos povos e um desenvolvimento mais acelerado e equilibrado do Mundo". Mas acrescentámos: "se a Europa não progredir na integração política e económica e se deixar confinar na sua dimensão de mercado interno, permaneceremos desarmados perante as forças desintegradoras da globalização".

Na Presidência portuguesa da União Europeia trabalharemos com abertura para superar o impasse político e institucional criado com o bloqueio do processo relativo ao Tratado Constitucional, sem prescindir da legitimação democrática de um texto constitucional que traduza um aprofundamento significativo da integração política na União Europeia.

Mas trabalharemos, igualmente, para uma mais efectiva prioridade da Europa aos desígnios da Agenda de Lisboa, em particular nos domínios do conhecimento e da inovação, áreas vitais para o crescimento económico europeu e para a afirmação da Europa como actor global capaz de responder aos desafios

da globalização. De igual modo, trabalharemos para o aprofundamento da coesão social, do combate ao desemprego e da igualdade de oportunidades, bem como da cooperação em áreas críticas, que requerem hoje da Europa respostas mais estruturadas, integradas e coerentes, como é o caso da política de imigração.

Por outro lado, trabalharemos para uma presença mais significativa da Europa no Mundo, no plano da solução pacífica de conflitos, como o do Médio Oriente e no do combate ao terrorismo; no plano dos problemas ambientais globais e do desenvolvimento sustentável; e, sobretudo, no plano da cooperação e da ajuda ao desenvolvimento. Neste particular, as relações Europa-África deverão estar no topo das prioridades da agenda portuguesa da União Europeia.

#### **4. Vencer o referendo e despenalizar a interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas**

Por iniciativa do Partido Socialista, que assim cumpre mais um compromisso eleitoral, em 2007 o País vai poder pronunciar-se de novo, em referendo, sobre a interrupção voluntária da gravidez. Depois do referendo realizado há uns anos atrás, esta nova consulta popular constitui não apenas um escrúpulo democrático mas também uma forma de procurar uma alteração duradoura do actual quadro legal, menos dependente das maiorias que conjunturalmente se possam formar no Parlamento.

Neste referendo o Partido Socialista não é neutro e tem uma posição clara, sem prejuízo da liberdade de consciência de cada um e sem pretender ocupar o espaço próprio dos cidadãos numa consulta referendária. Na verdade, o que está em causa é também uma questão política, nomeadamente de política criminal e de política de saúde. Assim, em coerência com a sua iniciativa legislativa, o Partido Socialista deve continuar a defender a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, desde que efectuada até às dez semanas e em estabelecimento de saúde legalmente autorizado. O PS deve, pois, participar na mobilização social para a despenalização e contribuir para a vitória do SIM no referendo.

E são três as razões principais para uma alteração da lei:

Em primeiro lugar, contra a ameaça de prisão das mulheres e a sua sujeição ao calvário de um processo judicial, que não constitui, de modo algum, uma resposta justa e adequada para o doloroso drama vivido por muitas mulheres na sociedade portuguesa;

Em segundo lugar, contra o aborto clandestino e pela viabilização de uma alternativa legal com garantia de condições de saúde e dignidade para as mulheres e que, simultaneamente, permita mecanismos de apoio social que configurem uma oportunidade de evitar o aborto;

Em terceiro lugar, porque despenalizar e legalizar a interrupção voluntária da gravidez efectuada até às 10 semanas em estabelecimento autorizado não é, evidentemente, liberalizar o aborto, antes é, apenas, alargar, com razoabilidade e equilíbrio, o elenco das excepções já hoje admitidas na lei à regra geral da criminalização, que permanece em vigor.

É tempo de, em nome da justiça e da dignidade das mulheres, mudar uma lei que não serve, que pouco é cumprida e que há muito devia ter sido alterada – e a melhor prova disso é a proposta súbita de alguns partidários do “não” no sentido de manter a lei com a garantia extraordinária de jamais ser aplicada à força de engenharias processuais, como a suspensão ou o arquivamento dos processos. A verdade é que esta lei, além de quase não ser cumprida - e de por isso não ser eficaz na defesa do valor que se diz defender - tem por principal consequência, pelo simples facto de existir, o remeter muitas mulheres para o drama do aborto clandestino. Portanto, não é apenas para a realidade abstracta da lei que se torna necessária uma alternativa, é também - e fundamentalmente - para a realidade intolerável do aborto clandestino.

Paralelamente, deve o PS empenhar-se em reforçar o investimento na educação sexual e no planeamento familiar, bem como no apoio social às mulheres grávidas, particularmente no caso das adolescentes e das situações de grave carência económico-social.

#### **5. Preparar as eleições regionais de 2008**

O Partido Socialista tem uma história de defesa intransigente do desenvolvimento integrado do território nacional e de combate às desigualdades que ainda marcam o nosso País. Nesse processo, a valorização da autonomia regional da Madeira e dos Açores ocupa um lugar central. As autonomias são um poderoso instrumento de desenvolvimento regional e de valorização da estratégia nacional de modernização. As próximas eleições regionais serão mais um momento de afirmação desta vocação do Partido Socialista.

O PS tem todas as condições para lutar pelo objectivo de vencer as próximas eleições regionais. Renovar a maioria nos Açores e conquistar a maioria na Madeira fazendo funcionar, finalmente, a alternância democrática - eis os objectivos do PS.

Com o Governo do PS e de Carlos César, a Região Autónoma dos Açores encetou um processo de desenvolvimento e de convergência de características históricas. Na verdade, foi possível superar muitos dos constrangimentos da situação de periferia e de dispersão territorial para concretizar uma estratégia de progresso que, valorizando o potencial endógeno da Região, a sua inserção geo-económica e a sua integração no espaço europeu, tem vindo a produzir re-

sultados muito positivos no plano económico e social.

A renovação da maioria na Região Autónoma dos Açores é, pois, um objectivo que não é apenas dos socialistas da Região mas de todo o PS. O aprofundamento democrático, a valorização dos recursos humanos, a continuação de importantes políticas de coesão social e o reforço do crescimento económico da Região dependem dessa renovação. A construção das condições de uma nova vitória nos Açores é, por tudo isto, uma das prioridades do PS para os próximos dois anos.

Quanto à Região Autónoma da Madeira, nos mais recentes actos eleitorais o PS construiu, paciente e solidamente, um caminho de crescimento e de afirmação. Por isso, e apesar das dificuldades, o PS é já hoje na Região uma força política com capacidade para se afirmar como a alternativa à estratégia de conservação do poder a todo o custo, que tem sido a do PSD-Madeira.

Renovar as práticas democráticas na Região, superar os impasses do crescimento económico e criar uma dinâmica de concertação estratégica com o todo nacional, estas são ambições que podem fazer a diferença nas próximas eleições regionais e mobilizar para a vitória não apenas os socialistas mas todos aqueles que ambicionam uma mudança profunda no quadro político da Região.

#### **6. Começar a preparar as próximas eleições autárquicas**

As próximas eleições autárquicas vêm ainda suficientemente longe para não constarem do calendário do próximo biénio. Todavia, as eleições autárquicas têm de ser preparadas com a devida antecedência.

Nas autarquias em que o PS está no poder o tempo é, naturalmente, de concretizar os compromissos assumidos e prestar um bom serviço às populações - mas é também de equacionar localmente as melhores estratégias para o próximo combate eleitoral. Nas autarquias em que o PS é oposição importa trabalhar para merecer a confiança dos eleitores e analisar o melhor caminho e os protagonistas mais adequados para servir bem as populações, liderar o projecto local do PS e enfrentar vitoriosamente as próximas eleições.

Esta é uma temática que deve merecer, desde já, a atenção de todas as estruturas do PS, incluindo a sua direcção nacional, mas que de modo especial cabe às Concelhias e outras estruturas locais, com o acompanhamento das Federações.

### **Parte IV - Modernizar o Partido Socialista**

#### **1. Renovação e abertura: um desafio exigente**

Se há traços que sustentam a posição característica do PS no sistema dos partidos portugueses, eles são a sua capacidade de debate e

renovação e a abertura que sempre manifesta face às forças e propostas da sociedade civil. Renovação e abertura: eis a história do PS, eis o futuro do PS.

Estes são desafios exigentes, que interpelam constantemente as rotinas estabelecidas, os pequenos poderes, as ideias feitas. Na vida do PS é necessária uma permanente atitude pró-activa no sentido da renovação - obra sempre inacabada. Na selecção dos quadros dirigentes, no acolhimento aos novos militantes, no debate interno, na comunicação política - a procura da renovação deve ser uma constante.

Por seu lado, a disponibilidade para a abertura é uma enorme potencialidade, que mantém o espírito crítico no coração da prática política, a abre à pluralidade das formas de intervenção cívica e nos enriquece com as inestimáveis contribuições dos profissionais, dos quadros, dos académicos, das cidadãs e cidadãos portadores de interesses, preocupações e propostas para o bem público.

A dinâmica das Novas Fronteiras, que permanece viva e actuante, é bem o exemplo de como o PS pode constituir a referência de uma plataforma social mais alargada, assumindo-se como um pólo dinamizador da participação cívica e de enriquecimento da própria democracia.

#### **2. Desenvolver as potencialidades existentes**

O Partido Socialista não tem hoje uma questão doutrinária ou ideológica. Também não tem uma questão estatutária. Actualizámo-nos, em devido tempo, no Congresso de 2002, a Declaração de Princípios e os Estatutos. Depois, em 2004, conduzimos um debate interno, muito vivo, sobre as orientações programáticas e fizemo-lo transparentemente, perante o olhar atento e conquistado do País.

Mas o facto de não termos essas questões de essência ou natureza não significa que não nos mantenhemos abertos ao debate e que não devamos inovar. Continuar a inovar, porque inovar tem sido a boa sina do PS, que lhe tem conferido a dianteira no modo como se posiciona no sistema de partidos e se articula com os diferentes grupos sociais e profissionais.

Pelo menos em cinco domínios fundamentais o PS tem sido a força motriz da modernização do sistema de partidos. Fomos os primeiros a compreender a absoluta necessidade do diálogo regular e institucionalizado com a sociedade civil - com os Estados Gerais e, agora, o Fórum Novas Fronteiras. Fomos os primeiros a aplicar as quotas de representação mínima de género nos órgãos internos e nas listas eleitorais, assim promovendo a participação das mulheres e a renovação da vida política. Fomos os primeiros a praticar a eleição directa do secretário-geral e dos presidentes das federações distritais. Fomos os primeiros a impedir a acumulação desmesurada de cargos

partidários executivos e a estabelecer o princípio da limitação dos respectivos mandatos. Fomos, enfim, os primeiros a prever múltiplas formas de activismo e organização partidária, designadamente através das secções temáticas, das cibersecções e dos clubes.

O primeiro desafio que nos está colocado é, pois, aproveitar plenamente estas potencialidades, cumprir todas as decisões de inovação organizativa que já tomámos e concretizar, cada vez melhor, na prática quotidiana do partido, a participação plural de todos os militantes e simpatizantes no debate e na acção.

O pleno aproveitamento das potencialidades existentes passa também por valorizar o trabalho de estruturas como a Associação Nacional de Autarcas do PS, o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas e a Tendência Sindical Socialista, para além do reforço da cooperação com a Juventude Socialista.

#### **3. Novas propostas para a vida do PS**

O caminho nunca está, porém, e felizmente, concluído. A experiência aconselha novos avanços na organização interna do PS e na matriz do seu relacionamento com a sociedade civil e o conjunto do eleitorado. Assim, propomos ao Congresso a aprovação de seis novas orientações.

A primeira é a extinção da Comissão Permanente, que, aliás, não tem sequer dignidade estatutária e corresponde apenas a um modo de funcionamento restrito do Secretariado. Somos fiéis ao princípio fundamental de que não há um PS no Governo e outro fora. Não há um PS no Governo e outro no Parlamento ou outro nas secções, concelhias e distritais: é o mesmo partido, com o mesmo programa e a mesma convicção, que estrutura o Governo e intervém no Parlamento, nas Autarquias e nas demais instituições e espaços públicos. Por isso, a sua acção quotidiana deve ser conduzida pelo próprio Secretário-Geral e pelo Secretariado Nacional, sendo que é aí que começa a verdadeira valorização do partido quando se está no Governo.

A segunda orientação é a constituição de um verdadeiro instituto de estudo das políticas públicas, a partir da experiência das actuais Fundações na área do PS. Um instituto que contribua para a modernização do PS e do sistema português de partidos, como um think tank capaz de manter uma dinâmica qualificada de análise, debate e preparação de propostas políticas. Serão, por isso, três as suas missões principais: promover estudos e debates sobre as políticas públicas; apoiar e organizar a formação de quadros do partido e de cidadãos, filiados ou não no PS, interessados na perspectiva da esquerda democrática; promover o relacionamento com instituições e fóruns de debate de ideias, produção e difusão de conhecimento e avaliação de políticas, oriundos da

sociedade civil, tais como as universidades, os centros de investigação, outras fundações e associações cívicas. O instituto deverá contar com as necessárias condições, entre as quais uma pequena estrutura profissionalizada e recursos financeiros próprios.

A terceira orientação é aperfeiçoar os mecanismos de circulação da informação dentro do Partido Socialista. Numa altura em que o Partido Socialista está envolvido em tantos e tão importantes combates políticos, não apenas a nível nacional mas também a nível regional e local, importa promover uma melhor e mais atenta utilização dos recursos disponíveis, não só através do Acção Socialista mas de modo particular por via da Internet, para que a informação política possa chegar a quem dela precisa e circular nas estruturas do partido e entre os seus dirigentes e militantes.

A quarta orientação é aprofundar a abertura do PS à participação social, por quatro formas complementares. Uma é a consolidação da dinâmica nacional do Fórum Novas Fronteiras, como espaço de avaliação das políticas do Governo e de reflexão sobre novas propostas e medidas de política, seja na perspectiva temática, seja através de análise intersectorial. Outra é o incentivo à participação de cidadãos e cidadãos não filiados no PS nas actividades do partido, a todos os seus níveis, desde as secções e concelhias até aos departamentos nacionais – propondo como objectivo a cumprir no próximo biénio que todas as federações distritais passem a contar com uma estrutura própria de consulta e diálogo com pessoas e instituições representativas do respectivo meio social, de modo a que o partido tenha sempre uma janela aberta sobre a sociedade civil e a sociedade civil uma porta de entrada no partido. A terceira é a desenvolver, igualmente a todos os níveis e em todas as estruturas do partido, iniciativas especificamente dirigidas aos jovens e à formação de novos quadros políticos, por forma a fomentar a renovação do PS e a estimular a participação política. A quarta, mas não menos importante, vai no sentido de zelar pela presença e participação activa do PS nos movimentos sociais.

A quinta orientação é particularmente exigente, mas não menos necessária. Trata-se de reordenar e redimensionar a estrutura local do PS, modernizando-a. Esta estrutura cobre, hoje, todo o território nacional, e deve continuar a ser suficientemente capilar para que o conjunto da população portuguesa e do eleitorado tenha um acesso fácil e directo ao partido. Mas, por isso mesmo, devemos terminar com as micro-secções, que não dispõem de qualquer massa crítica; e temos de racionalizar os recursos locais do partido, quer em termos de sedes, quer quanto a funcionários e financiamentos, para além de intensificar a utilização de novas tecnologias, fazendo chegar o dinamismo do Plano Tecnológico à vida interna do Partido Socialista.

Finalmente, a sexta orientação é a renovação dos órgãos dirigentes nacionais. Agora que o princípio da paridade foi plenamente assumido pelo conjunto do partido, propomos a definição de mais três objectivos políticos de renovação: maior participação de pessoas com forte percurso profissional; maior participação de jovens quadros políticos; maior participação de militantes sem experiência anterior de cargos dirigentes.

#### **4. Uma dinâmica permanente de renovação programática**

O PS ganhou as eleições de 2005 com um

programa eleitoral, que depois transformou, tal qual, no programa do Governo. É este programa que queremos cumprir, no espaço da legislatura, ou seja, até 2009 - e pelo seu cumprimento queremos ser julgados, nas próximas eleições legislativas.

No cumprimento desse programa, o Partido Socialista afirmou-se, mais uma vez, como um grande partido nacional, capaz de interpretar o interesse geral e as necessidades do País numa conjuntura de enormes dificuldades. Soubemos assumir as nossas responsabilidades quando a prioridade de desenvolvimento exigiu reformas profundas do Estado e das políticas públicas.

Mas o PS não se afirmou apenas como o partido que garante e aprofunda a eficácia e a sustentabilidade do Estado Social - somos também o partido da modernização do modelo de desenvolvimento económico nacional. Ambicionamos construir uma economia moderna e competitiva, onde a inovação tecnológica e a coesão territorial constituam os motores maiores do desenvolvimento. Motores que garantam a existência de um sector industrial aberto ao Mundo e rico na capacidade de atracção do investimento externo modernizador, mas onde também se afirme uma poderosa rede de PME, igualmente capazes de concorrer no mercado ibérico e europeu e de servir de veículo duma acrescida capacidade empreendedora das novas gerações. Tal como ambicionamos um tecido económico promotor de coesão e de emprego, em que as micro-empresas e a economia social se afirmem com viabilidade e impacto social. Só assim, aliás, poderemos sustentar uma criação de emprego que constitua o principal instrumento de inclusão social e de diminuição das desigualdades.

As desigualdades de oportunidades e de níveis de bem-estar têm constituído, de resto, o alvo de políticas sociais avançadas que visam combinar, de forma criativa e dinâmica, a universalidade dos direitos sociais, a selectividade dos instrumentos de combate à pobreza e à exclusão e a promoção das qualificações.

Assim, o PS afirma-se como o partido que associa profundamente os progressos nos planos económico e social com uma profunda modernização do Estado, centrada na qualificação dos serviços públicos, no aprofundamento dos direitos sociais e no enriquecimento e dignificação do exercício da democracia.

A dimensão da tarefa implica grande determinação e unidade em torno do nosso programa - mas isto não significa congelar o debate e adiar a renovação programática. Pelo contrário: ao mesmo tempo que concretizamos os compromissos assumidos perante os portugueses, podemos e devemos trabalhar no plano programático. Num duplo horizonte: de um lado, aprofundar linhas de acção já contidas ou renunciadas no actual programa; do outro, lançar e debater ideias e metas que vão, desde já, renovando as propostas que o PS faz a Portugal e que vão, também, preparando e ponderando os novos desafios e objectivos que colocaremos ao escrutínio dos cidadãos, em próximos actos eleitorais.

Anima-nos a visão de uma esquerda democrática, europeia e moderna, atenta e empenhada nas mudanças sociais da época contemporânea. A nossa visão é combinar os valores da igualdade e da iniciativa. A igualdade, nas suas múltiplas declinações: desde logo, a igualdade perante a lei e a

não discriminação; depois, a igualdade de oportunidades, oportunidades para todos e novas oportunidades ao longo do percurso de vida de cada um; justiça e equidade, como critérios de repartição dos recursos e dos benefícios, e designadamente da riqueza criada, com políticas activas de combate às desigualdades ilegítimas e de redistribuição dos rendimentos a favor dos cidadãos de menores recursos; integração e coesão social; e responsabilidade irrenunciável do Estado, como representação política da Nação, em prol do bem comum. A iniciativa, também nas suas múltiplas declinações: liberdade; autonomia e responsabilidade pessoal; valorização do trabalho e do mérito, da criatividade e da inovação; aposta no desenvolvimento das capacidades das pessoas, do poder de cada um para escolher e agir e na capacidade de empreender e lidar com o risco; prioridade ao conhecimento, como recurso-chave da economia e da sociedade contemporânea e factor-chave de democratização. Queremos ser, ao mesmo tempo, o partido da igualdade, da justiça social e da redistribuição dinâmica de recursos, oportunidades e resultados; e o partido da iniciativa, das capacidades, do empowerment, da cidadania livre, responsável e activa.

Com base nesta visão, é possível e desejável lançar alguns novos temas no debate político do PS, em ordem ao desenvolvimento e renovação do seu programa. Agrupamos esses temas em torno de seis eixos.

Em prol da liberdade pessoal, da tolerância e do respeito entre todos: remover as discriminações que restam, na ordem jurídica e social portuguesa, designadamente as fundadas no sexo e na orientação sexual; modernizar o direito da família e ajustá-lo à evolução da realidade social; apoiar a articulação entre vida familiar, vida profissional e vida cívica, com especial atenção à situação das mães trabalhadoras; favorecer e regular os avanços da ciência e da técnica, designadamente na área biomédica, de modo a serem utilizados para proteger a vida e melhorar o bem-estar; incentivar a cidadania responsável, designadamente nos domínios da segurança rodoviária, da protecção do meio ambiente e florestas, das práticas de consumo.

Em prol da qualidade da democracia: combater a indiferença e o abstencionismo eleitoral, designadamente entre os mais jovens; aproximar eleitos e eleitores e aumentar a transparência e controlo social das instituições democráticas; favorecer a educação para a cidadania, incluindo para o uso crítico dos meios de comunicação social; articular os mecanismos e as formas da democracia representativa, designadamente partidários, e os mecanismos e as formas de democracia participativa, favorecendo os direitos de participação e iniciativa cidadã.

Em prol da participação social: favorecer o associativismo, fundado na livre adesão e organização de pessoas, e estimular o voluntariado cívico, social e cultural; promover o cooperativismo e a economia social, fortalecendo o terceiro sector da economia e a lógica da proximidade na resposta às necessidades sociais.

Em prol do mundo do trabalho, sindical e profissional: mudar o paradigma das relações laborais, modernizando-o e compatibilizando os objectivos de flexibilidade organizacional, promoção dos direitos dos trabalhadores e protecção social; multiplicar as oportunidades de qualificação e formação,

designadamente para os que se encontram integrados no mercado de trabalho; apoiar o associativismo sindical, na perspectiva de um sindicalismo de proposta, responsável e próximo dos trabalhadores.

Em prol da autonomia, da inovação e da iniciativa: apostar na educação para todos, a todos os níveis e ao longo de toda a vida; generalizar a educação para a criatividade e o empreendedorismo, como dimensão da educação para a cidadania; favorecer as oportunidades de interacção entre o sistema de ensino e o sistema de emprego e empresas, na perspectiva da integração profissional dos jovens diplomados; apoiar a criação artística e a formação de públicos para a cultura.

Em prol da integração: desenvolver as redes de acolhimento e integração das comunidades imigrantes, de modo a regular os fluxos migratórios, propiciar condições de inserção bem sucedida na sociedade portuguesa e beneficiar plenamente do seu contributo para o desenvolvimento nacional; concretizar respostas eficazes à inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade, em razão da idade, do isolamento social, de deficiência ou outra; intensificar o combate às dependências e a outros factores de desestruturação da personalidade e dos grupos; conduzir políticas de reabilitação e requalificação urbana valorizadoras do espaço público e das comunidades de residência e vizinhança.

Em prol do território e da economia: usar as infra-estruturas de comunicações para cerzir o território e ganhar massa crítica; estruturar uma rede de cidades médias capazes de polarizar o desenvolvimento do País fora das duas grandes áreas metropolitanas; organizar a rede de serviços públicos, na escala adequada à plena rentabilização dos recursos e à qualificação do desempenho; dar especial ênfase às redes de equipamentos, bens e eventos culturais, como factores de qualificação da vida quotidiana e aproveitamento de potencialidades; apostar no tecido das pequenas e médias empresas, na dupla perspectiva do seu contributo para a dinâmica da economia e do emprego e de motores de desenvolvimento local; valorizar o ambiente e a cultura também como áreas de investimento e emprego; favorecer a coesão territorial do Continente e entre o Continente e as Regiões Autónomas; favorecer o desenvolvimento dos laços entre as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e o país, potenciando ao mesmo tempo a sua inserção bem-sucedida nas sociedades de acolhimento.

Nesta matéria da renovação programática, devemos ter presente que a visão e a estratégia políticas não se esgotam no curto prazo. Sem perder nunca de vista os compromissos da governação e a enorme responsabilidade contida no mandato que o eleitorado nos concedeu para o período 2005-2009, importa começar a preparar a etapa seguinte, isto é, as propostas políticas que haveremos de apresentar quando nos encontramos de novo face a face com o eleitorado. Propomos, por isso, que o Congresso impulse já a dinâmica de elaboração do programa do PS para 2009, tirando pleno partido da constituição do novo instituto para o estudo das políticas públicas e encarregando a nova direcção do partido de congregar um conjunto de personalidades, militantes e independentes, capaz de organizar e protagonizar um processo amplamente participado de elaboração e discussão do novo programa de Governo.

# PS: As Pessoas no Centro das Políticas

1º SUBSCRITOR: FONSECA FERREIRA

## 1. A responsabilidade dos socialistas

O Partido Socialista vai realizar, em Novembro, um importante Congresso. Um fórum de reflexão colectiva sobre a acção governativa, política e social do PS e de projecção de ideias, propostas e impulsos para consolidar e aprofundar as reformas para a modernização solidária e sustentável da sociedade portuguesa.

O Partido Socialista tem sido o protagonista maior das grandes transformações ocorridas na sociedade portuguesa, nos últimos 30 anos: descolonização, democratização e integração europeia. Ao PS cabe, agora, uma nova missão e responsabilidade: conduzir e realizar a modernização da sociedade e da economia portuguesas, de forma sustentável e solidária entre gerações.

Apoiamos José Sócrates para Secretário Geral do Partido Socialista e apoiamos o Governo na realização das mudanças e reformas estruturais com motivações de mais cidadania, maior eficiência, mais e melhor desenvolvimento económico-social. Reformas visando o bem-estar das pessoas-segurança social, saúde e condições de vida; a qualificação – ensino, formação profissional, ciência e inovação; a regulação do mercado – fiscalidade e concorrência; e do Estado – administração pública, justiça e segurança.

Mas, por outro lado, os socialistas têm de impulsionar um movimento de renovação do projecto socialista e de regeneração da praxis política. Um movimento voltado para o futuro, necessariamente centrado em novas ideias e modalidades do progresso material e em novas oportunidades para a emancipação individual e social.

Numa perspectiva de articulação entre as missões de curto e de médio prazo, propomos ao Congresso que adopte as seguintes prioridades de intervenção política:

1º) A mobilização de todo o partido, dos responsáveis e dos militantes para a batalha do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (Aborto), agindo de forma pedagógica, responsável, mas determinada.

2º) A criação das regiões político-administrativas será o culminar de um processo de reforma da administração do Estado, reforçando a sua territorialização e propiciando a aproximação da decisão dos cidadãos, dos problemas e das actividades; a regionalização é uma condição indispensável para quebrar o centralismo administrativo, político e cultural que secularmente sufoca a sociedade portuguesa.

3º) Adopção das medidas práticas de sensibilização, de incentivo e coercivas que garantam a redução das emissões de dióxido de carbono, assegurando simultaneamente as condições de competitividade da economia portuguesa. Isto é: reduzindo a circulação rodoviária, designadamente a circulação automóvel no centro das cidades e nas áreas metropolitanas, criando alternativas de transporte e mobilidade com reforço dos transportes públicos, dos meios de mobilidade e combustíveis amigos do ambiente.

4º) Propomos que os Candidatos do PS às eleições autárquicas, regionais, legislativas, europeias e presidenciais passem a ser escolhidos através de eleições primárias com a participação dos militantes, simpatizantes e eleitores declarados abrangidos pelas

estruturas correspondentes aos respectivos universos eleitorais.

## 2. O mundo mudou, o socialismo renova-se

O Socialismo nasceu como o advento da sociedade industrial, como projecto protagonizado pela classe operária de combate à opressão e às desigualdades provocadas pelo desenvolvimento capitalista. Um combate pela emancipação social, pela liberdade e pela democracia.

Centos e cinquenta anos passados, mudaram radicalmente as formas de produzir, de consumir e de nos relacionarmos. Enfim: mudaram os valores individuais e colectivos, as formas de viver e o quadro geo-político mundial.

A renovação do socialismo passa, necessariamente, por uma refundação da sua ideologia e por uma regeneração da praxis política. Ora, essa refundação ideológica requer uma compreensão do mundo contemporâneo e uma visão clara do futuro que queremos construir e das soluções para o irmos construindo (“a andar se faz o caminho”).

Com a implosão do comunismo e a crise da social-democracia europeia, já longe da pujança do período do pós-guerra que durou até aos anos 70, o socialismo parece ter recentemente como única, ou pelo menos principal, arma de estratégia ideológica o Estado social cujas conquistas concretas não podem em qualquer caso ser subalternizadas mas cujo declínio hoje evidente ameaça arrastar a ideia e a prática do socialismo para um beco sem saída.

O fracasso do modelo soviético, os impasses da social-democracia e os efeitos predadores do capitalismo ultra-liberal conduziram ao pessimismo, à desconfiança, à desmobilização, à insegurança individual e colectiva. Mal estar no presente, temor do futuro e total pessimismo sobre as possibilidades de mudar o rumo das coisas e dos acontecimentos. Aos Socialistas exige-se, hoje, uma visão clara e mobilizadora do futuro que queremos construir, porque só visando longe caminharemos de forma justa e segura. E só abrindo novos horizontes de esperança e confiança no futuro, vencendo os cepticismos e receios, os cidadãos compreenderão e aceitarão os sacrifícios e constrangimentos do presente.

O mundo mudou completamente, as formas de produção transformaram-se, as classes diversificaram-se, a maneira de fazer política é hoje inteiramente outra, os pilares de referência ideológica evoluíram extraordinariamente -- como então adaptar aquele ideário socialista “eterno”, provindo da Revolução Francesa, às realidades do século XXI?

Quatro questões se nos afiguram centrais para a renovação do projecto socialista:

1) O indivíduo tem de ser colocado, de novo, no centro do desígnio socialista de emancipação.

O modelo soviético cometeu um erro trágico ao não compreender que “a emancipação social é a soma das emancipações individuais” (Jean Jaurés). Em nome do “homem novo” esvaziou o homem, como ser, da sua individualidade e das liberdades que lhe estão inerentes, com a alienação total ao Partido e ao Estado.

O humanismo socialista deve constituir inspiração e a consagração em que mergulha

o devir socialista definitivamente liberto das falsas utopias colectivistas.

2) Refundação da cidadania republicana baseada na emancipação individual e na garantia real dos direitos de cidadania, e na ética dos deveres sociais.

A renovação da democracia, o aprofundamento da cidadania e o caminho para a justiça social passam, nas sociedades contemporâneas, por uma nova concepção da razão, do progresso e do contrato social com base no reconhecimento do indivíduo, das novas relações com a natureza e da aplicação efectiva – e não retórica - dos direitos, designadamente do direito ao trabalho.

3) O Socialismo tem de redefinir as suas concepções sobre a natureza e os socialistas têm de reconsiderar as suas relações com as questões ambientais.

A natureza tem de deixar de estar cegamente ao serviço de um desenvolvimento utilitarista que ignora as condições de equilíbrio ecológico entre a sociedade humana e o seu habitat, a Terra. As ilusões de exploração ilimitada dos recursos naturais que caracterizaram a fase das Revoluções Industriais têm de dar lugar a um relacionamento inteligente entre o progresso e o ambiente.

4) A globalização como oportunidade para a construção da democracia mundial. O Capitalismo globalizou-se. A luta contra as injustiças, as guerras, depredações e opressões que provoca só alcançará êxitos se for globalizada. Ao nível político, económico (regulação), social e ambiental. E a luta contra o unilateralismo hegemónico reinante é uma condição essencial para a paz.

## 3. As pessoas no centro das políticas socialistas

As pessoas são a primeira prioridade de qualquer programa político de matriz socialista. É para as pessoas que os socialistas governam. Se há, aliás, uma marca distintiva entre a esquerda e a direita ela focaliza-se, precisamente, na forma como são definidas as políticas relativamente às pessoas: as políticas de educação e as políticas sociais.

A esquerda, reconhecendo que a individualidade é fundamental na construção de uma sociedade livre, dinâmica e competitiva, coloca o primado nas políticas ao serviço das pessoas e da comunidade, conferindo-lhe uma marca social. Por isso, a esquerda é, geneticamente, socialista e humanista.

O capitalismo, - em particular nas suas versões ultraliberais e neo-liberais - ao pretender que o mercado tudo regula, ao afastar o Estado da sua função reguladora, sonega à maioria da população os direitos reais, o efectivo acesso, à educação, saúde e benefícios do progresso, a favor de uma minoria de poderosos. Os resultados aí estão: pobreza, miséria, exclusões de todo o tipo, guerra, chacinhas, violência generalizada, injustiças, privações das liberdades, calamidades ecológicas, por um lado; por outro lado, uma afrontosa acumulação de riqueza, de poder e de arbítrio, numa minoria que comanda o mundo.

É por isso que para os socialistas é decisiva a aposta nas pessoas. Só com a generalização da educação e da formação ao longo da vida, a igualdade de oportunidades e a protecção social, será possível caminhar para uma sociedade mais justa, democrática, criativa e sustentável.

Tendo em vista dar um sentido e expressão

real socializante ao progresso civilizacional, propomos que, a par do PIB e dos indicadores ambientais (emissões de carbono, por exemplo), seja adoptado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador das Nações Unidas para avaliar o progresso das condições de bem-estar social.

### 3.1. Educação e Formação ao longo da vida

Nas condições concretas da sociedade portuguesa e face aos novos desafios da sociedade do conhecimento, a educação e a formação qualificantes devem constituir a prioridade das prioridades do país. Temos de construir um sistema educativo que, para além da sua universalidade, se distinga pela elevada qualidade, pela multidimensionalidade dos conhecimentos que difunde e pela sua acessibilidade ao longo da vida. Só um sistema com estas características permite assegurar:

- as condições de formação e emancipação individual e humana;
- a difusão e o enraizamento dos valores próprios de uma comunidade democrática, tolerante e solidária;
- a empregabilidade que garante o acesso e manutenção no mercado de trabalho, o melhor caminho para o combate à marginalização;
- a qualificação profissional para o desenvolvimento da criatividade e da produtividade.

Para isso é necessário que os conteúdos educativos e a Escola, a todos os níveis, proporcionem: o desenvolvimento da criatividade, da iniciativa individual, o sentido crítico e a capacidade de comunicação; a aprendizagem experimental e do concreto; versatilidade, capacidade de compreensão e de acção perante um mundo em mudança e de perigos vários; e o reforço da atitude ética de cada indivíduo perante a vida e os seus concidadãos: espírito de solidariedade, de equidade, de tolerância, dos deveres sociais e uma disposição positiva para o trabalho em equipa.

### 3.2. Direitos sociais, garantias reais

Para além da garantia universal e qualificação da educação e formação profissional, o PS tem de considerar com especial prioridade a garantia e a promoção de direitos sociais decisivos que não se constituam a trave-mestra do seu acervo político e programático. Esses direitos sociais incidem fundamentalmente em cinco sectores, a saber:

A sustentabilidade do sistema da Segurança Social tornou-se numa questão chave da política europeia, e portanto portuguesa, do nosso tempo. Para os socialistas uma segurança social forte, coesa e justa não é um problema técnico nem de mera gestão (embora também o seja). É uma questão política, e, enquanto tal, um patamar de afirmação ideológica de princípio, de natureza estruturante. A reforma da segurança social há-de fazer-se tendo como preocupação instrumental a sua eficácia (o seu realismo) mas também a sua justiça. Não abdicamos do carácter público do sistema, bem como dos seus traços indeléveis de equidade e de solidariedade. Algumas arestas do edifício terão de ser limadas, para o manter vivo, mas o publicismo, a solidariedade e a equidade são os pilares referenciais por que nos bateremos.

Na Saúde, há que ter como meta a preser-

vação do Serviço Nacional de Saúde, que, não o esqueçamos, foi uma das bandeiras de topo do 25 de Abril, e provavelmente a que acabou por, ao longo de três décadas, dar melhores provas, apesar de alguns recuos e algumas desilusões. A saúde é uma condição básica de existência digna. Sem saúde não existe um ambiente minimamente favorável ao exercício da cidadania e, até, ao da própria democracia. Assegurar um SNS com acesso de todos é a exigência atrás da qual o PS se tem de colocar intransigentemente. Não somos contra as reformas, não nos opomos à complementaridade da medicina e da saúde privadas, mas, enquanto opção política de trincheira, afirmamo-nos como defensores de um SNS eficaz, moderno, com uma gestão rigorosa, assente no acesso de todos aos cuidados de saúde, em condições de igualdade social absoluta. Esta é uma linha de demarcação que o PS não deve deixar atravessar. Modernizar o SNS, sim, abandonar o SNS como centro da nossa política de saúde, nunca.

A Cultura é, ao fim e ao cabo, o conhecimento para a liberdade. Sem uma arquitectura cultural consistente, o Homem não compreende o mundo que o rodeia, as condições de vida e de pensamento que o constroem, nem as possibilidades de realização que estão ao seu alcance, enquanto ser individual e social. Sem cultura a pessoa humana é cega, não vê, não age convenientemente, não defende os seus interesses, não é livre. O dever indefectível de promover a cultura liga-se pois, num partido de esquerda como o PS, à obrigação de dar às pessoas os mecanismos de compreensão e de acção que as transformam em cidadãos completos. Na cultura, o PS deve por conseguinte ser a um tempo arrojado e democrático, ou seja, terá de ter políticas que rompam com o velho hábito dos apoios sistematicamente promovidos para satisfazer clientelas corporativas e elitistas, e dar antes atenção aos interesses das maiorias, à necessidade de uma cultura de massas de qualidade, pró-activa, agressiva, interventiva e virada para o futuro. E deve o PS igualmente ter em conta a grande importância de seguir uma política de defesa do património cultural coerente e articulada, política que tem faltado no passado.

O Emprego é uma prioridade de existência, não é apenas um imperativo laboral. O PS não pode senão considerar o problema do desemprego como um item primordial do seu programa. E nem se diga que "algum" desemprego resulta ser indispensável - ou até benéfico - para o desenvolvimento económico em mercado. A política dos socialistas não são números, não são estatísticas, não são abstrações, são as pessoas. E cada pessoa desempregada é uma tragédia. Quem não entender isto, não é de esquerda e não tem lugar no PS. O desemprego é um drama social, psicológico, cultural, familiar, não se restringe a uma situação de precariedade de trabalho, e por isso há-de constituir uma preocupação central do PS, para além das lógicas de racionalidade do pensamento e da acção económicas, para além da conjuntura nacional ou internacional. E especialmente o desemprego sénior dos indiferenciados ou pouco qualificados. Esta é a questão crucial do desemprego do nosso país hoje em dia, a qual não se pode resolver com o tradicional recurso ao jorgão da qualificação de longo prazo. Como proceder com os desempregados de 45 anos que só sabem fazer aquilo que acabou de ser deslocalizado para a Índia ou para a Tailândia? É aqui que há que ser imaginativo, é aqui que há que inovar e criar programas imediatos de reciclagem do trabalho que encarem e resolvam esta gravíssima situação. É aqui que há que ser socialista.

A Justiça é um pressuposto de um Estado de Direito. Sem um Estado de Direito forte não há democracia. Bastariam estas considerações para se perceber como a enorme crise da justiça com que Portugal se defronta desde há gerações é não só altamente perniciosa para a resolução adequada dos conflitos pontuais e para a disponibilização da justiça a quem a merece como constitui acrescidamente um risco para a própria continuidade (e para a saúde) do regime. A justiça já bateu no fundo, é possivelmente o sector de prestação de serviços assegurado pelo Estado mais degradado em Portugal. Logo, a gravidade do diagnóstico exige a premissa da actuação política. Sem medo das corporações e dos interesses instalados, o PS tem de levar a cabo reformas que garantam uma justiça justa, célere, profissional, eficaz e socialmente coesa, isto é, uma justiça que não garanta direitos apenas aos ricos. E tem de o fazer depressa, porque os diversos corpos prestadores de justiça e o edifício institucional que eles enformam chegou a um estado de desorganização que ameaça tornar-se irreversível. Além de que a corrupção, uma das gangrenas do país, só se combate com uma justiça eficiente e empenhada.

### 3.3 Imigração

No âmbito da sua política social, o PS terá de dar absoluta prioridade ao tratamento da imigração e dos imigrantes como um problema de modernidade e de futuro, que em grande medida condicionará o êxito não apenas do conjunto das políticas do PS mas inclusivê a evolução saudável da sociedade portuguesa nas próximas décadas.

Importa pois, neste campo,

- definir e aplicar políticas arrojadas de apoio e integração dirigidas à comunidade de imigrantes, tendo em conta que se trata de cidadãos indispensáveis ao nosso progresso económico, e que, em grande percentagem, se vão inserir na sociedade portuguesa nas duas ou três gerações vindouras, necessariamente trazendo conflituosidade nessa transição, a qual tem que ser gerida e regulada com o maior cuidado pelo Estado e pela sociedade civil;

- dar a este esforço os meios, o acompanhamento institucional e a visibilidade pública correspondentes à sua evidente relevância política, promovendo a sua explicação adequada junto da opinião pública, prevenindo simultaneamente todos os reflexos de rejeição xenófobos susceptíveis de perverter aquele esforço;

- enfim, colaborar nas políticas da UE que vão no sentido do apoio ao desenvolvimento dos países de origem da imigração, com a finalidade de começar a resolver na raiz os problemas endémicos cujo agravamento empurra largas massas para a procura na Europa de uma melhoria de vida, decerto legítima, mas procura que, se desenquadrada das possibilidades de recepção e de emprego europeias, somente prejudica quer os imigrantes quer os países de acolhimento.

### 4. Sustentabilidade: uma nova relação com a natureza

Portugal é um país de abundantes e singulares recursos naturais e territoriais. Mas, ainda que não tenhamos chegado a um ponto de não retorno, temos deixado degradar, de forma inadmissível e insustentável, esses privilegiados sistemas: desordenamento do território por um urbanismo expansivo e construção depredadora do solo e outros recursos; ocupação massiva - legal e ilegal - do litoral; poluição e contaminação da água e do ar; congestionamento do tráfego viário com declínio do tráfego ferroviário

e dos transportes colectivos; devastação da floresta e desertificação em virtude dos incêndios e de actividades humanas, industriais e agrícolas.

Nas últimas duas décadas foi publicada abundante legislação (nacional e comunitária) e desenvolvidos diversos planos e estudos sobre ordenamento do território, protecção do ambiente e sustentabilidade. Adoptaram-se algumas políticas e medidas válidas de protecção e recuperação do território, do ambiente e das cidades. Desenvolveu-se, particularmente, desenvolveu-se uma consciência ambiental entre as camadas mais jovens da população com relevo para as organizações ambientalistas.

Todavia, se não chegámos a um ponto de não retorno, também é um facto que ainda não inflectimos o processo de desordenamento e de degradação territorial e ambiental.

O desenvolvimento sustentável do território - em termos ambientais, económicos e regionais - no respeito pelos recursos e valores naturais, ecológicos, humanos e patrimoniais, tem de ser um dos domínios a privilegiar nas políticas públicas dos próximos anos e na renovação do projecto socialista. Orientação que implica o estabelecimento de processos que garantam: a salvaguarda e valorização dos recursos naturais e ambientais; o desenvolvimento das energias alternativas e da eficiência energética; a assunção do património cultural e arquitectónico como recurso estratégico; um decidido (re)ordenamento do território, com prioridade à reabilitação sobre a renovação e a expansão urbana; o reforço da rede das cidades médias e dos pequenos centros urbanos e da sua qualidade de vida, e uma visão integrada dos problemas das áreas metropolitanas; a revitalização do meio rural, valorizando os respectivos recursos produtivos, patrimoniais e humanos; o condicionamento da circulação automóvel no centro das cidades e o desenvolvimento dos transportes colectivos.

O socialismo tem de redefinir as suas concepções sobre a natureza, e os socialistas têm de reconsiderar as suas relações com as questões ambientais.

Na linha do racionalismo iluminista, as correntes socialistas originais desenvolveram uma concepção utilitarista da natureza, a favor da satisfação das necessidades humanas e do desenvolvimento da produção. Esta posição compreende-se na sua contextualização histórica: utilização dos recursos naturais no sentido da satisfação das necessidades básicas e de impulsionar o progresso material. Mas, no último meio século tudo mudou: o intenso processo de urbanização, a utilização indiscriminada dos recursos naturais e o consumismo tomaram conta da natureza e maltrataram-na.

Contudo, os partidos socialistas parecem não ter dado por isso, deixando a intervenção política, neste domínio, para os "verdes".

Ora a depredação galopante dos recursos naturais, a forte redução da biodiversidade, as alterações climáticas, as calamidades e doenças resultantes da poluição não consentem mais adiamentos de mudanças culturais, éticas, e dos modos de produção e de consumo.

Os Socialistas - e em particular os socialistas portugueses - têm de passar a incorporar, de forma alargada, consistente e permanente, o ambiente e a sustentabilidade na reflexão e na intervenção político-partidária.

### 5. Competitividade: produzir para distribuir

A economia portuguesa tem graves problemas de produtividade e de competitivida-

de. Importa que sejam rigorosos na definição das respectivas causas para que possamos caminhar para as soluções.

A direita e os liberais assacam a culpa à rigidez das leis laborais, propugnando a sua desregulamentação e a precarização do trabalho. Nada de mais errado como demonstra a elevada produtividade dos trabalhadores portugueses quando integrados em estruturas empresariais bem geridas (no estrangeiro, ou em unidades produtivas internas, como a AutoEuropa). Os défices de produtividade e de competitividade da economia portuguesa resultam, fundamentalmente:

- da tradicional natureza especulativa do capitalismo português;
- do défice de empreendedorismo e gestor do patronato;
- das insuficiências dos sistemas escolares e de qualificação profissional;
- das carências de condições de vida e de protecção social dos trabalhadores;
- do reduzido investimento em ciência e investigação quer do sector público quer do privado;
- as desconexões e ineficiência da administração pública.

O crescimento económico deve visar, prioritariamente: emprego para todos; a redução das desigualdades sociais; e melhores condições de vida para todos os cidadãos.

O Estado tem de assumir um papel estratégico na orientação do processo de desenvolvimento, designadamente através de uma política fiscal selectiva que favoreça o investimento nos sectores de maior produtividade e efeito sobre a criação de riqueza e de emprego, em detrimento dos sectores especulativos. O Estado tem de prosseguir o investimento nas infraestruturas produtivas e de internacionalização, a par do investimento nos sistemas de educação, investigação e formação profissional.

Mas os empresários portugueses têm, também, de assumir as suas responsabilidades na melhoria da organização e gestão empresarial, designadamente no que se refere ao ambiente e segurança do trabalho; na investigação e desenvolvimento tecnológico; e na formação profissional.

A energia é um sector estratégico. Por razões de competitividade e por razões ambientais.

A extrema dependência energética do país desequilibra as contas externas e, neste momento, constitui um pesado constrangimento da actividade económica e empresarial. Os combustíveis fósseis - principal fonte de energia, entre nós - têm efeitos devastadores no ambiente e na saúde pública.

Existem, agora, condições para transformar este problema numa grande oportunidade. Os elevados preços do petróleo viabilizam as energias alternativas - eólica, solar, ondas, biomassa, hídrica - nas quais Portugal dispõe de excelentes condições naturais.

Portugal tem de fazer uma aposta ampla, decisiva e evoluída nas energias alternativas. Mobilizando a investigação e o desenvolvimento e os agentes económicos. Criando um cluster consistente para a progressiva redução do défice energético externo e o know how que nos proporcionem ganhar a vanguarda, vantagens competitivas e exportação.

Fundamental é, também, a eficiência energética o que implica uma profunda mudança de comportamentos e das técnicas construtivas.

### 6. Modernização do Estado e da Administração Pública

Poucos meses após o início de funções, em 2005, o Governo desencadeou o processo



de reforma da administração pública através do PRACE-Programa de Reforma da Administração Central do Estado a que se juntou, pouco tempo depois o SIMPLEX, um conjunto de iniciativas que visam simplificar e abreviar os procedimentos administrativos, facilitando a vida aos cidadãos e às empresas.

Com coragem e determinação, o governo encetou mudanças na administração cuja necessidade há muito se faziam sentir, reforma prometida por sucessivos governos, mas sempre adiada. A modernização da administração do Estado, com motivações de racionalidade, eficiência, economia e transparência, tem a adesão dos portugueses. Os socialistas devem apoiar activamente o governo no prosseguimento e consolidação desta importante reforma.

Contudo, esta como outras reformas não são neutras (bem pelo contrário), quer em termos ideológicos, quer em termos sociais.

Há um debate a fazer sobre a natureza e as funções do Estado numa época de profundas mudanças económicas, sociais e tecnológicas. E os socialistas têm de construir uma visão clara sobre o papel e a configuração do Estado, daí derivando as atribuições, estruturas e qualificações das administrações públicas.

Muito há a rever, seguramente, nas concepções clássicas da esquerda e dos socialistas sobre o papel e as funções do Estado. Poderá questionar-se a presença directa do Estado nos sectores produtivos e do seu exclusivo na prestação de serviços públicos, por razões de racionalidade económica (ex. telefone fixo e móvel e Internet). Em contrapartida, é inquestionável que o Estado tem de reforçar as suas capacidades – de orientação estratégica, regulatória, de contratualização e de sancionamento – para garantir o acesso aos serviços de natureza social, assegurar o serviço público em novos domínios como o ambiente e as tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

A noção de serviço público tem um evidente futuro visando garantir a justiça social no acesso aos bens essenciais, a protecção da natureza e uma repartição mais equitativa e democrática do progresso económico.

Em suma: a modernização da administração pública pressupõe, para os socialistas, a racionalidade na utilização dos recursos, a eficiência e transparência funcional e uma reforçada capacitação para a regulação dos mercados e a garantia de acesso de todos os cidadãos ao serviço público. E não o enfraquecimento pretendido pelos neoliberais com vista a facilitar a desregulação predató-

ria do capitalismo.

Uma condição fundamental para o êxito da reforma da administração pública é a participação dos trabalhadores, sendo a sua valorização profissional uma das componentes essenciais de êxito do processo.

## 7. Portugal na Europa e no Mundo

Em política internacional os socialistas têm uma grande responsabilidade. O socialismo sempre inscreveu no seu ideário um complexo feito de solidariedade entre todos os povos e de internacionalismo cosmopolita e aberto como sinal de identificação ideológica. O PS tem de seguir, designadamente no Governo, uma clara orientação de compromisso com políticas de paz, de sustentação do Direito Internacional e de apoio às causas humanitárias e de reposição da justiça nos palcos internacionais de conflito, contribuindo para resolver os problemas herdados do passado com equidade e coragem.

Nomeadamente, o PS deve,

- assentar a sua política europeia no trabalho para reforçar a UE nos campos político e social, caminhando sobretudo para o reforço da Europa dos cidadãos, com a implementação de um quadro modernizado de direitos reconhecidos às pessoas e às sociedades civis do espaço comunitário;

- contribuir para que a UE tenha, num contexto universal, uma intervenção política autónoma, assente em desígnios de paz, progresso social e económico e colaboração permanente com os outros espaços e as outras culturas;

- apoiar uma reestruturação executiva eficaz da UE, que, sem ferir o estatuto de representatividade democrática dos Estados, lhe confira a capacidade real de definir e executar as reformas necessárias a uma Europa moderna e democrática;

- dar a maior importância à cooperação, em termos de igualdade Estado a Estado com o arco atlântico, onde tradicionalmente Portugal tem tido um papel histórico prioritário, em particular no relacionamento com os outros países de expressão oficial portuguesa;

- pugnar, em todos os foros, organizações e entidades internacionais, pela paz, pelo progresso e pela ajuda aos Estados e aos povos com maiores dificuldades de desenvolvimento e em luta por condições de vida dignas, e, defender igualmente a crescente credibilização do Direito Internacional como alavanca e instrumento de resolução dos diferendos internacionais, e assim,

- alinhar activamente no grupo dos Esta-

dos que lutam para dotar a Organização das Nações Unidas de meios próprios efectivos e independentes, em ordem a que a ONU se constitua no verdadeiro dirigente colectivo da comunidade internacional, baseando a sua acção em critérios de democracia, de justiça e de igualdade entre os Estados e os povos.

- finalmente, encarar a globalização como um fenómeno inevitável e preferencialmente benéfico, se gerido enquanto maximização das vantagens a retirar de uma gestão de recursos mundializada e democratizada, que atenuie discriminações e procure resolver os mais graves problemas de injustiça desenvolvimentista.

## 8. Renovação do Partido

### 8.1. Eleições primárias para a escolha dos Candidatos

O facto de, cada vez mais, a designação dos Candidatos a eleições para cargos públicos ser feita em “circuito fechado”, entre círculos restritos, tem contribuído fortemente para a desmobilização da participação e o afastamento dos cidadãos da política. Esta é uma das principais causas da descredibilização da política e dos políticos. Por isso, crescem os casos em que, nos mais diversos países, se recorre a “primárias” para escolher os candidatos de partidos políticos ou de coligações para as disputas eleitorais. As eleições primárias servem, assim, para refundar a ligação dos partidos aos militantes e aos cidadãos porque elas propiciam:

- o debate de ideias e propostas de suporte às candidaturas;

- a escolha dos mais qualificados para o desempenho das funções políticas;

- a participação e mobilização de militantes e simpatizantes para as missões fundamentais da vida pública e partidária;

- a melhoria da imagem junto da população pelo acréscimo do sentido de responsabilidade associado a esta prática.

As eleições primárias constituem uma inovação fundamental para o reforço da influência do nosso partido e para a confiança dos portugueses no sistema político, um poderoso instrumento de ligação do PS à sociedade civil, designadamente ao seu próprio eleitorado. Nesse sentido, para além do seu ficheiro de militantes, o PS deve constituir um ficheiro de simpatizantes e eleitores que expressamente declarem a sua identificação com o Partido Socialista e se manifestem interessados em participar em eleições para a escolha dos Candidatos do PS aos diferentes

órgãos do poder, alargando, assim, o universo de participação e conferida a esta escolha eficácia e democraticidade enriquecidas.

Dadas as profundas mudanças que introduzem, as eleições primárias podem requerer um período de transição e de experimentação para a sua adopção generalizada.

### 8.2. Reorganizar para revitalizar o PS

A reflexão e a elaboração ideológica e programática e a revitalização militante e social do PS exigem mudanças estruturais ao nível da organização, funcionamento e praxis do Partido.

Devem ser criadas condições logísticas, técnicas, políticas e culturais, para se assegurar a recolha, tratamento e difusão de informação relevante que possa constituir uma base de apoio eficaz para a concepção e aplicação das políticas públicas que consubstanciem o exercício do poder pelo PS, seja no governo, seja na oposição.

O incentivo à Constituição de grupos de trabalho e Secções temáticas, designadamente culturais, e o apoio às respectivas iniciativas são fundamentais para que se estruturarem em termos sistemáticos, o debate político no interior do PS e deste com a sociedade civil;

Assim é de importância decisiva a criação de uma estrutura de reflexão e estratégia de apoio, aos órgãos do partido e à definição das políticas, de natureza prospectiva e programática, com meios logísticos e capacidade técnica, aberto à participação dos socialistas e independentes. Concordamos, assim, com a proposta já avançada pelo Secretário Geral no sentido da extinção das Fundações e da substituição – destas e do Gabinete de Estudos – por um Instituto ou equivalente que faculte meios logísticos e técnicos profissionalizados, modernos e eficientes de apoio à reflexão e elaboração políticas abertas e participadas dos órgãos, estruturas e militantes do PS, independentes e activistas das organizações associativas, cooperativistas e sociais. Isto é: meios e gestão profissionalizados ao serviço da militância, do debate de ideias e da formulação de políticas para reforço da acção do PS.

Do mesmo modo, é fundamental a valorização das sensibilidades internas e o apoio ao funcionamento de clubes de reflexão política constituídos por militantes e simpatizantes do PS.

Por outro lado, torna-se indispensável e urgente equacionar a redefinição do papel das Federações e o seu âmbito territorial, caminhando para Federações, ou uniões de Federações, de âmbito regional.

MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL - C

# Solidariedade e cidadania

1.º SUBSCRITORES: HELENA ROSETA E JOSÉ LEITÃO

## 1. Razão de ser desta moção

### 1.1 Estar atento aos sinais

O Partido Socialista tem uma história, uma memória e um projecto que não se esgotam em cada acto eleitoral nem no programa e actuação do governo. Em todos os momentos de crise e transformação da sociedade portuguesa, os socialistas procuraram ouvir as aspirações dos seus compatriotas e apresentar propostas mobilizadoras. É essa a principal razão de ser desta moção: estar atento aos sinais e encontrar respostas que dêem sentido ao nosso combate quotidiano por um Portugal mais livre, mais justo e mais fraterno.

### 1.2 Debater problemas do país, reflectir sobre o partido

Respondemos ao apelo do Secretário Geral na Comissão Nacional para um debate sem tabus neste Congresso. Esta moção é o nosso contributo. Não visa apoiar nenhuma candidatura alternativa ao cargo de Secretário Geral. O que pretendemos é trazer ao debate temas e problemas centrais para o nosso futuro colectivo. Também queremos reflectir sobre o nosso funcionamento interno. São muito grandes as responsabilidades do PS perante o país e perante os seus eleitores. É preciso estarmos à altura delas, sem medo das divergências e sem ceder a nenhum tipo de interesse que não seja o interesse geral.

### 1.3 Portugal – uma sociedade crispada

Portugal é hoje um país muito diferente daquele que era há 30 anos. Modernizou-se, entrou na Europa, construiu um regime democrático que tem permitido a alternância e consagrou direitos básicos essenciais. Vivemos profundas mutações: mudou a sociedade, mudou a economia, mudou o território. Passámos de uma sociedade política e socialmente fechada para uma sociedade aberta. De país de emigração tornámo-nos país de imigração, mas não podemos estar desatentos aos novos fluxos emigratórios.

Envelhecemos e perdemos população activa a um ritmo acelerado. Apesar dos benefícios da integração europeia, a nossa economia, baseada em salários baixos e mão de obra pouco qualificada, perdeu competitividade. Registamos sistematicamente os últimos lugares das estatísticas comunitárias. O território também se alterou profundamente: o interior desertificou-se, os subúrbios cresceram, os centros das cidades declinaram. Todos estes sintomas se repercutem numa sociedade crispada, em que o pessimismo alastra e o desencanto substitui a confiança.

### 1.4 A era do “capitalismo total”

A globalização contribuiu activamente para algumas destas transformações.

Hoje vivemos naquilo a que já se chamou o “capitalismo total”, que faz do dinheiro a medida de todas as coisas. O sistema ultraliberal que a globalização trouxe consigo é incapaz de auto-regulação, como o demonstram o agravamento das desigualdades, mesmo nos países mais desenvolvidos. Os grandes compromissos sociais do pós-guerra que permitiram a construção dos Estados Providência não se aplicam à escala global. O capital circulante despreza os outros poderes, do sindical ao político.

A oligarquia dos gestores tornou-se numa nova classe dominante, que obedece acima de tudo às regras ditadas pelas exigências da multiplicação de capital, sob pena de cada gestor perder o seu lugar e o seu poder. A dicotomia já não é entre capitalistas e trabalhadores, mas entre actores da mundialização e sobreviventes.

O cidadão, accionista e consumidor, alimenta o capitalismo total. Mais do que o lugar onde se produzem os bens que compra, preocupa-o obtê-los pelo preço mais baixo. Só que nesse processo ele é também vítima e perde cada vez mais soberania. O individualismo triunfa e os sentimentos de solidariedade colectiva recuam.

As regras anónimas do capitalismo total têm sobre o nosso quotidiano um enorme impacto. À revolta da desigualdade soma-se a da impotência. Estamos de facto ameaçados por uma espécie de totalitarismo anónimo, baseado na utopia impossível de um enriquecimento individual ilimitado.

### 1.5 Que solidariedade, que cidadania?

Sabemos que não é possível nem desejável suprimir o mercado, condição da liberdade económica e do progresso. Mas também não aceitamos minorizar o Estado, que deve ser o garante das funções essenciais da soberania e do acesso aos direitos sociais, sem os quais os direitos políticos serão incompletos. É ao Estado que compete regular o mercado e não o contrário.

Dele se espera e se exige a contenção dos efeitos do mercantilismo desregulado e selvagem para que resvala hoje a economia global. O Estado tem de ser capaz de harmonizar a esfera da economia, onde impera a competitividade, a esfera social, onde tem de imperar a coesão, e a esfera ambiental, onde a sustentabilidade deve ser a regra.

A questão que hoje se coloca aos socialistas é saber como podem voltar a construir uma visão solidária da sociedade, em que os interesses individuais não prevaleçam sobre o interesse geral e em que os cidadãos tenham a possibilidade de participar na aventura do destino colectivo.

Será possível conjugar hoje os dois grandes valores do socialismo democrático – a solidariedade e a cidadania? É essa a grande pergunta que queremos trazer a este Congresso.

## 2. Uma visão solidária da sociedade

### 2.1 A constituição económica não escrita da Europa

O respeito pelo social, a prioridade aos direitos sociais e a defesa ideológica e concreta da solidariedade não são valores arcaicos, como afirma a vulgata neo-liberal. São uma vertente essencial do modelo de sociedade que defendemos. Que temos nós a propor aos dois milhões de portugueses em estado de pobreza, ao meio milhão de desempregados, às centenas de milhares de famílias sem habitação condigna, aos jovens que foram vítimas do insucesso e abandono escolar ou que têm de emigrar porque todas as portas lhes são fechadas?

Sabemos que a margem de actuação dos governos europeus é muito estreita.

Há na Europa uma constituição económica não escrita, formada pelo Pacto de

Estabilidade e Crescimento e pelas Grandes Orientações da Política Económica, que condiciona todos os governos e na prática impede a construção de políticas alternativas. Até que ponto é que os cidadãos europeus estão conscientes da existência desta espécie de nova “mão invisível” na União Europeia? Até que ponto é que somos cúmplices do silêncio generalizado sobre ela?

### 2.2 O Estado e os direitos sociais

A disciplina orçamental e a contenção do défice não são nem podem ser o principal objectivo dos socialistas. São um instrumento indispensável, é certo, mas indissociável da sustentabilidade das políticas sociais. Uma sociedade solidária não pode aceitar que o Estado se demita do seu papel de garante dos direitos sociais, incluindo o direito à educação, ao trabalho, à habitação, à saúde e à segurança social.

### 2.3 A crise do emprego e a frustração democrática

A competitividade desregulada que caracteriza o mercado global de hoje, com as deslocalizações e o encerramento de empresas em cadeia, semeiam o desemprego e a pobreza em muitas regiões do país. Fazem alastrar o desespero das famílias e intensificam as já de si preocupantes desigualdades sociais, com consequências dramáticas para amplos sectores da classe trabalhadora, deprimida e depauperada também na sua dignidade. A miséria económica dá lugar à miséria humana. E os trabalhadores tornam-se vítimas indefesas da voracidade lucrativa, abdicando de muitos dos seus direitos e vendo-se de facto impedidos do acesso à cidadania plena que a democracia lhes prometeu. A dignidade, a segurança e os direitos laborais são cada vez mais substituídos pelo medo, pelo risco e pela precariedade. Perante este cenário cresce a frustração e o divórcio entre as populações e as instituições democráticas. A diferença entre esquerda e direita passa pelas respostas a estes problemas.

O clima de crise que se vive permite que os portugueses compreendam medidas económicas de contenção. Mas há um capital de expectativas e de esperança que corre o risco de se perder, caso o ciclo negativo em que estamos não seja rapidamente invertido. Precisamos de políticas activas no campo do emprego, mas também de medidas consistentes de combate aos encerramentos e falências fraudulentas de empresas com viabilidade.

### 2.4 Não há direito ao trabalho quando há trabalho sem direitos

A retoma económica não depende apenas da acção governativa, mas é ao governo que compete em primeira instância responder à crise social e de emprego. A modernização sustentada do nosso tecido produtivo tem de ser acompanhada de apoio concertado aos que sofrem na pele o desemprego, cujas condições e idades os impedem de, por si sós, realizarem com êxito a necessária reconversão profissional e requalificação educacional.

O esforço nas políticas científicas e de inovação tecnológica só no médio prazo terá efeito positivo palpável na competitividade da nossa economia. É preciso criar maiores estímulos à criação de auto-emprego e a programas de reconversão industrial e de

formação profissional, educacional e tecnológica em regiões e municípios particularmente ameaçados pelo desemprego. Não há direito ao trabalho se houver trabalho sem direitos. A modernização da indústria tem de envolver a componente tecnológica mas também a inovação social. As empresas cumpridoras, que promovem a produtividade com responsabilidade social e respeito pela liberdade sindical, devem ser premiadas. A nova cultura de empresa tem de fundar-se na excelência e na motivação dos funcionários, mas também no diálogo social, nos direitos democráticos e na gestão de conflito. Precisamos de programas de reestruturação industrial que envolvam e mobilizem os actores sociais locais e regionais, construindo sinergias e alargando as redes de iniciativa e de desenvolvimento local, em articulação com as comunidades, os municípios, os sindicatos, as escolas, as associações e os cidadãos em geral.

### 2.5 O Código do Trabalho continua desequilibrado

O contrato individual de trabalho não pode ser encarado como um mero contrato de direito civil. As condições de funcionamento do mercado de trabalho – um mercado sempre adverso dos que oferecem a força de trabalho e sempre amigo dos que a procuram – e o choque social das suas dramáticas consequências justificaram historicamente a intervenção correctiva do mercado por parte do Estado, com o apoio e o aplauso de todas as forças sociais, políticas e religiosas.

O Código do Trabalho do PSD-PP flexibilizou e precarizou a condição dos trabalhadores, introduzindo a caducidade das convenções colectivas e subvertendo o princípio do tratamento mais favorável. As alterações já introduzidas na legislação laboral pelo governo socialista, neste ponto, não a melhoraram e até a terão piorado, face ao entendimento que o próprio Tribunal Constitucional fez da redacção do governo anterior.

Esta revisão não resolveu, a nosso ver, a questão de fundo do Código do Trabalho: o seu desequilíbrio em detrimento dos trabalhadores, em nome de um pretenso aumento da competitividade, que aliás não se confirmou com a vigência das novas regras. É esta a questão, verdadeira “alma” do direito do trabalho, que os socialistas têm o dever de suscitar.

### 2.6 Escola pública e mudança educativa

Sabemos que o actual governo herdou uma situação orçamental crítica e que há bloqueios graves que exigem reformas importantes nos serviços sociais prestados ou garantidos pelo Estado. Não se deve ceder perante interesses corporativos. Mas não se podem confundir direitos adquiridos legítimos com privilégios.

Queremos uma escola pública valorizada, capaz de responder aos desafios do país e dos seus jovens; uma escola pública que favoreça a coesão social e cultural; uma escola pública que propicie o desenvolvimento de saberes e competências fundamentais e duradouras, através de aprendizagens significativas para os jovens, no momento em que as realizam e no futuro.

Queremos maior responsabilização de todos no sistema educativo. Mas para isso

é preciso que cada escola tenha condições para construir o seu próprio projecto, de forma autónoma e participada. E também é preciso que se estabeleçam pontes de diálogo estimulantes entre os professores, protagonistas fundamentais da gestão dos processos de mudança educativa na escola, e os responsáveis pela política educativa aos diferentes níveis da administração.

Queremos novas oportunidades de educação de natureza profissional e tecnológica para os jovens. Urge alargar a rede de reconhecimento, certificação e validação de competências para melhorar as qualificações da população activa do país.

## 2.7 Uma política social de habitação

Nas zonas velhas das cidades, nos bairros degradados e em certos bairros sociais as condições de habitação de imigrantes, pessoas idosas e famílias pobres atingem níveis de deterioração alarmantes. A qualidade da habitação colocada no mercado não é fiscalizada. Não estão definidos mínimos de habitabilidade, de conforto e bem-estar obrigatórios. Saudamos a nova lei do arrendamento, mas o mercado, mesmo com a nova lei, não conseguirá suprir as carências existentes. A política social de habitação não pode ser um parente pobre da agenda política e mediática do governo, nem um pretexto para o jogo do empurra entre a administração central e local.

## 2.8 Reforma da saúde e direitos dos doentes

A defesa do Serviço Nacional de Saúde sempre foi uma bandeira dos socialistas. Temos consciência da gravidade dos problemas colocados por uma população que envelhece cada vez mais perante os custos crescentes da intervenção médica e dos medicamentos. Mas não aceitamos soluções que pretendam curar a doença da saúde agravando a carga dos doentes. Não é aceitável nem sequer constitucionalmente admissível fazer recair novas taxas ditas “moderadoras” sobre quem carece de internamento ou intervenção cirúrgica. O modelo de sociedade que defendemos exige a solidariedade entre pessoas saudáveis e doentes. Em termos de acesso à saúde, o princípio do consumidor-pagador não deve ser invocado.

Há vários caminhos ainda não utilizados coerentemente para a redução de custos na Saúde. Há que racionalizar a prescrição de medicamentos com a utilização de um formulário do Serviço Nacional de Saúde, utilizar melhor os recursos humanos, desburocratizar e limitar a influência das multinacionais do medicamento e das tecnologias da saúde. A melhoria da formação dos profissionais da saúde e a promoção da investigação científica são também fundamentais. O que não aceitamos é que o controle de custos se faça à custa do direito à saúde.

## 2.9 Contra a privatização da segurança social

Também na reforma da segurança social temos de fazer valer um modelo de sociedade que inclua a solidariedade entre gerações e entre os cidadãos em geral. Por isso contestamos a privatização da segurança social. Não apenas pelos custos de transição que tal implicaria, mas porque isso significaria aceitar uma forma de individualismo e de egoísmo geracional, em que cada qual só descontinua em seu próprio benefício. Estaríamos a construir uma sociedade ainda mais desigual, mais cruel e por isso menos coesa. Para já não falar dos chorudos lucros que tal representaria para as seguradoras e para a banca, a quem os portugueses já entregam uma enorme parte do seu esforço financeiro,

através dos juros para pagar a casa, o carro ou a educação dos filhos.

Os socialistas não podem contemporizar com os actuais ataques à segurança social. A concretizarem-se, seria o fim do Estado social sob o ímpeto avassalador dos interesses organizados dos mais ricos e poderosos. As propostas recentes da direita neoliberal sobre a Administração Pública, que pretendem a fragmentação, o enfraquecimento e, no final, a destruição e o esvaziamento dos serviços públicos em áreas nevrálgicas para o país, requerem uma resposta enérgica dos socialistas. É preciso repor a centralidade das políticas sociais como parte indissociável das metas morais inscritas na Constituição da República Portuguesa.

## 2.10 A “geração do recibo verde”

A solidariedade intergeracional inclui uma atenção especial à geração mais jovem, a chamada “geração do recibo verde”, ameaçada de desemprego e precariedade. A incerteza quanto ao futuro, o agravamento sistemático do desemprego de jovens licenciados, a falta de horizontes pessoais e familiares devem ser sinais de alerta para todos nós. Como é possível que um país com enorme falta de quadros qualificados paradoxalmente não aproveite os jovens licenciados em que investiu?

A fuga de cérebros é uma problema candente do nosso sistema científico e universitário. Não tem futuro um país onde os seus melhores jovens, os seus mais promissores talentos no campo científico, têm de optar pela emigração. A reestruturação das universidades no âmbito do processo de Bolonha terá de traduzir-se no estímulo da excelência académica e premiar as instituições que, sem descuidar a formação científica, souberem estabelecer melhores ligações com o mercado de trabalho e a actividade económica. A formação superior não pode ficar refém da mera lógica de mercado. Áreas científicas com menos procura mas de grande significado para a formação avançada devem ser garantidas. A previsível massificação dos primeiros ciclos (licenciatura) irá obrigar a aferir o mérito pela qualidade dos mestrados e doutoramentos. É decisivo criar condições de acesso a tais formações, para evitar uma nova forma de elitismo através do ensino superior.

## 2.11 O novo modelo social europeu

Muitas das dimensões da solidariedade dependem de políticas públicas que compõem o chamado “modelo social europeu”, um dos mais importantes legados do socialismo democrático do século XX. Há que reinventá-lo à luz das realidades actuais e da mudança de estilos de vida. A escala nacional em que foi concebido correspondia na altura às formas organizativas das forças sociais. Hoje essa escala mudou. Também o social tem de evoluir para a escala global, sem deixar de se aprofundar à escala nacional e local. Isto significa que não são só as políticas do governo que devem ser escrutinadas, mas as políticas europeias e mundiais. A predominância neo-liberal em directivas europeias fundamentais, como a Directiva Serviços, tem de ser contrariada, porque irá agravar a crise social na Europa.

Também as políticas locais devem participar do novo modelo social europeu.

Numa sociedade cada vez mais urbanizada, é à escala local que os cidadãos esperam encontrar resposta imediata aos seus direitos sociais. A participação de associações, organizações não governamentais e movimentos de cidadãos é uma componente essencial da sociedade solidária que defendemos. É tam-

bém por aqui que passa hoje a cidadania.

## 2.12 Desertificação e identidade nacional

Há ainda outras dimensões da solidariedade intergeracional. Preservar os recursos naturais, defender o ambiente, proteger a paisagem, procurar modos de desenvolvimento sustentável, são para nós uma prioridade, em nome do respeito pelos que ainda não nasceram.

A desertificação do país, resultante do envelhecimento e das mutações sociais, mas também da desastrosa gestão da floresta e do mundo rural durante décadas, exige que repensemos o ordenamento do território. Não compreendemos que se fechem serviços públicos sem nenhuma articulação com medidas positivas para não deixar morrer a esperança dos que ainda vivem no interior. Estão em causa a solidariedade inter-regional e o direito de todos ao acesso equitativo a equipamentos e serviços públicos. O controle orçamental imediato não pode sobrepor-se à visão de sociedade que defendemos no médio e longo prazo. Desistir de mais de dois terços do nosso território, considerados áreas críticas por razões de perda populacional, adoptando, ainda por cima, medidas que agravam essa perda, é uma ameaça ao desenvolvimento e à nossa própria identidade nacional. Um país que aprofunda as assimetrias regionais é um país definitivamente bloqueado, um país que se reduz é um país com futuro.

## 2.13 Energia e interesse nacional

O nosso país é na Europa o que mais depende de fontes externas para o seu abastecimento energético. É preciso reduzir essa dependência e assegurar ao mesmo tempo o controle mínimo, pelo Estado, sobre as principais empresas que actuam nesta área. Só assim se poderá evitar que a produção e distribuição das diversas formas de energia fique totalmente em mãos alheias ao interesse nacional.

As recentes modificação accionistas na GALP foram tudo menos transparentes. O Estado deve manter posição accionista na EDP e na GALP e assegurar o máximo controle possível na REN.

É preciso tirar mais partido da produção da energia hídrica e eólica. Mas também tem de se diminuir o consumo insustentável de combustíveis nos transportes.

## 2.14 Uma sociedade cosmopolita e de inclusão

Defendemos uma sociedade cosmopolita e de inclusão, que saiba conjugar diversidade e cidadania, prevenindo a segmentação social e a discriminação racial. A nossa atitude face aos imigrantes deve espelhar esse objectivo, promovendo a participação cívica dos cidadãos imigrantes, nomeadamente, através da participação nas eleições locais, sem sujeição à exigência de reciprocidade. Sabe-se que as migrações são imprescindíveis para o desenvolvimento económico dos países de acolhimento, bem como para o seu rejuvenescimento demográfico. Contribuem também, desta forma também para a sustentabilidade da Segurança Social.

É fundamental prestar atenção às elevadas qualificações de milhares de imigrantes que se vêem forçados a aceitar empregos precários e desqualificantes, quando as suas competências poderiam ser vitais para modernizar as nossas empresas e instituições. O reconhecimento dessas qualificações e diplomas superiores depara-se com obstáculos burocráticos e uma legislação desadequada que é preciso rever.

Estas são questões essenciais para Portugal,

que os socialistas têm o dever de colocar na agenda.

Num mundo cada vez mais globalizado, os imigrantes podem participar de forma privilegiada na diversificação e densificação das relações entre Portugal e os seus países de origem, a nível económico, cultural e político, reforçando o papel de Portugal no Mundo.

## 2.15 Sacríficos e sacrificados

Numa sociedade solidária o contributo das actividades económicas para suportar os encargos do interesse público tem de ser bem repartido. Em Portugal, os lucros não tributados da banca, da especulação imobiliária e dos tráficos ilegais são um escândalo. É difícil pedir mais sacrifícios aos sacrificados de sempre. Registamos a determinação do governo do PS em enfrentar os poderes fácticos. Mas não podemos compreender que haja deputados socialistas que acumulem o seu cargo com altos cargos em empresas cujos interesses muitas vezes entram em conflito com o interesse geral.

## 2.16 Que fazer?

Como imprimir nas sociedades de hoje um olhar colectivo que possa temperar a erupção dos interesses individuais? Como subordinar o poder económico global ao poder político nacional? Como fazer com que as instituições estejam submetidas ao princípio da responsabilidade, isto é, ao controle de normas definidas democraticamente? Este é o desafio da cidadania, que inspira e motiva a nossa moção.

## 3. A urgência da cidadania

### 3.1 Praticar a igualdade

Defender a igualdade de direitos e oportunidades de homens e mulheres é uma prioridade da organização social. Portugal está longe de ter atingido essa meta. As mulheres portuguesas são das que mais trabalham na União Europeia, mas a sua média salarial é inferior à dos homens. São as que mais sofrem quando o desemprego aumenta. E ainda que maioritárias no ensino superior, têm mais dificuldades no primeiro emprego. No exercício de cargos políticos e no desempenho de funções de chefia, ocupam menos lugares e têm incomparavelmente menos visibilidade que os homens. As alterações legislativas já realizadas pelo PS são insuficientes. No governo, nas autarquias, no parlamento e na vida partidária, é preciso que o PS concretize a paridade que na lei e nos seus estatuto defende.

### 3.2 Os jovens e a política

Muitos dos nossos jovens manifestam sinais claros de alheamento e por vezes até de alguma agressividade sobre tudo o que se relaciona com a actividade política.

A juventude tem um papel muito importante no desenho do futuro do regime democrático e os sinais do seu alheamento podem colocá-lo em risco. Urge impedir este estado de espírito, mobilizando os jovens para a actividade cívico-política e proporcionando-lhes Educação para a Cidadania.

O PS tem de se abrir mais aos jovens, dar-lhes maiores responsabilidades internas e transformá-los em parceiros mais intervenientes de toda a nossa vida colectiva.

### 3.3 A justiça como um novo direito social

A confiança dos cidadãos nos mecanismos da democracia e na própria capacidade económica do país é afectada pelo mau funcio-

namento da justiça

A morosidade ou ineficácia das decisões, nomeadamente na área cível, é insustentável e mina a credibilidade de todo o sistema. Há um sem número anormalmente inútil de normas que não permitem a celeridade. Quem tem poder económico ou mediático, consegue sistematicamente escapar à alçada da lei. A cidadania plena exige uma justiça atempada, eficiente, equitativa e acessível, concebida ela própria como um novo direito social. E também independente do poder político, mediático ou desportivo. Não basta um pacto PS-PSD para alcançar estes objectivos. É preciso que todo o sistema judicial seja capaz de responder às exigências crescentes da sociedade.

### 3.4 Corrupção e impunidade

Ligada ao mau funcionamento da justiça surge a questão da corrupção, em cujo combate são escassos os resultados obtidos. Os grandes processos não desaguam em nada. A promiscuidade tantas vezes evidenciada entre a acção política, o futebol e os interesses imobiliários alastra impunemente. A lei não devia permitir sequer a candidatura a cargos políticos de cidadãos pronunciados, ainda que sem pôr em causa a presunção de inocência que a todos é devida. A transparência do financiamento partidário devia ser um ponto de honra e não um simples fait-divers cujos percalços se apagam com uma simples coima.

### 3.5 O funcionamento dos partidos

Não haverá melhor cidadania sem uma abertura e um melhor funcionamento dos partidos políticos. Há muitas pessoas que querem intervir politicamente e não têm como. Os partidos políticos são cada vez menos espaços de formação cívica e ideológica e tendem a transformar-se em meros instrumentos de conquista ou manutenção do poder. O clientelismo e o carreirismo aparelhístico substituíram a convicção genuína e a luta por valores e causas. As fidelidades pessoais passam à frente do mérito. Discutem-se nomeações em vez de ideias e a independência de espírito é desencorajada. Os melhores afastam-se da vida política e cresce o divórcio entre representantes e representados.

### 3.6 Poder mediático e direito à informação

O funcionamento do poder mediático contribui para aumentar a distância entre políticos e eleitores. O tempo vertiginoso da notícia é diferente do tempo da acção política. Os formatos televisivos dominantes atraem o simplismo e afastam a apresentação sustentada das ideias. Comentadores, analistas e responsáveis políticos confundem os seus papéis. Agências de comunicação, cuja acção não é escrutinada por ninguém, produzem agendas ocultas que enviam as prioridades da agenda mediática e dos alinhamentos noticiosos. O direito à informação, que implica o direito a informar e o

direito a ser informado, apesar da aparente abundância de escolha, não está garantido. O noticiário político está cheio de estereótipos e não-notícias, enquanto a liberdade e independência dos jornalistas é ameaçada por vínculos laborais instáveis e pelas dependências cruzadas entre poder económico e poder mediático. A defesa do direito à informação é hoje uma das dimensões essenciais da cidadania.

### 3.7 “Democracia electrónica” e movimentos emergentes

A crise da democracia representativa de que enunciamos alguns sintomas não se verifica só em Portugal. Um pouco por todo o lado, potenciados pela insatisfação dos cidadãos e pelas novas possibilidades de comunicação permitidas pela Internet, estão a surgir movimentos de cidadania abertos, plurais, transversais e dinâmicos. A saída para a crise passa necessariamente pela abertura dos partidos e dos media a estas novas formas de organização e mobilização das pessoas. A própria palavra “rede” (“net”) é uma metáfora dessas organizações emergentes, cujo funcionamento se afasta das tradicionais concepções hierárquicas e piramidais. Novos espaços de debate surgem todos os dias nos universos virtuais. Pela primeira vez o acesso à informação pode permitir a todos saber o que a todos diz respeito.

Os sectores “infoexcluídos” e os poderes e burocracias instaladas olham para estas realidades com apreensão ou ignoram as suas potencialidades. Não basta instalar computadores ligados à rede para que os cidadãos os procurem e utilizem espontaneamente. Precisamos de alargar e dinamizar o acesso a este poderoso meio. Apesar de todas as suas limitações, a “democracia electrónica” irá condicionar, em larga medida, o nosso desenvolvimento e modernidade no século XXI.

Mas este extraordinário progresso traz consigo novos riscos e novas ameaças.

Em nome do direito à segurança, cresce a tentação securitária e põem-se em causa direitos democráticos consolidados.

### 3.8 A procura do sentido

Todas estas transformações se dão num contexto de consumismo desenfreado à escala global. O dinheiro impõe-se como único “valor” universal. Grande parte do tempo de cada um esgota-se na procura de um “status” social cada vez mais definido pelos bens de consumo a que pode aceder, nem que seja à custa de sobre-endividamento. A austeridade caiu em desuso e a ética de serviço público é para muitos um anacronismo. O vazio de valores confere um poder sedutor aos fundamentalismos de toda a espécie.

O socialismo do século XXI enfrenta um novo desafio: ser capaz de dar um sentido à luta pela vida de milhões de seres humanos. É também por aqui que passa a cidadania – pela aprendizagem, pela cooperação, pela descoberta do outro, pela amizade, pela experiência concreta e quotidiana da fraternidade.

Sentimentos que nos partidos, tais como eles hoje existem, são cada vez mais difíceis de cultivar.

## 4. Responsabilidade e oportunidade histórica do PS

### 4.1 A batalha contra a “cunha”

Um Congresso do Partido Socialista deve ser um momento alto de mobilização e afirmação da nossa vontade colectiva. No nosso país a polémica e o sentido crítico sempre escassearam. Por isso mesmo devemos ser muito mais exigentes para conosco próprios. O impulso para a unanimidade sem discussão é mau conselheiro. Sabemos que coexistem no PS visões distintas do que devem ser a esquerda e o socialismo nos nossos dias. Não pretendemos ser detentores de verdades absolutas. Mas o debate interno tem sido insuficiente e não tem chegado às bases, muito menos agora, com o PS no poder. Em vez do confronto de opiniões e argumentos, o que alimenta muita da nossa vida partidária são formas de microtráfico de influências e favores. O fenómeno não é exclusivo do PS. Portugal é o país da “cunha” onde é preciso estar constantemente a “olear” as redes sociais, as complicitades e os compadrios. Combater esta atitude é uma batalha cultural que os socialistas têm de travar. Só assim poderemos revigorar o partido e abrir novos espaços à participação empenhada das pessoas.

### 4.2 Eleições presidenciais e fechamento do partido

Os piores inimigos dos partidos e da democracia representativa não são aqueles que criticam os seus vícios e insuficiências, mas sim os que dentro deles confundem espírito crítico com actividade conspirativa.

Tivemos um exemplo eloquente deste processo nas últimas eleições presidenciais. O candidato escolhido pelo Secretário Geral e posteriormente apoiado pela maioria da Comissão Nacional do PS ficou em terceiro lugar, enquanto Manuel Alegre, militante histórico do PS e candidato sem apoio de nenhum partido, ficou a escassas cinco décimas da segunda volta. Entre os mais de um milhão de votos de Manuel Alegre, estiveram muitos socialistas que querem um PS mais aberto, mais rico e mais actuante, sem prescindir da liberdade inalienável que lhes cabe de pensar e agir de acordo com a sua consciência.

O PS deve meditar no que se passou e retirar daí ilações. Um Congresso também deve servir para analisar os erros cometidos. Não para abrir feridas que a ninguém aproveitam, mas para acautelar erros futuros. De cada vez que um Partido se fecha e se recusa a ouvir a sociedade, afasta-se um pouco mais dos seus eleitores.

### 4.3 Belém e a tentação do bloco central

As nossas responsabilidades são muito grandes. Temos um governo de maioria ab-

solta na Assembleia da República, estamos à frente dos destinos da Região Autónoma dos Açores, ocupamos a presidência de muitas câmaras municipais. A situação económica e social não permite devaneios e todas as decisões são duramente escrutinadas pelas oposições e pela opinião pública.

O Presidente da República apoiado pela direita já deu sinais de que quer reconstituir o bloco central PS-PSD a partir de Belém. Fê-lo de forma evidente quando mostrou o desejo de um acordo entre os dois partidos na segurança social, como pretende o líder do PSD, apesar das diferenças notórias entre os programas e da legitimidade inquestionável da maioria para governar com o seu próprio. O conceito de “cooperação estratégica” que Cavaco Silva defendeu na campanha vai ser posto em prática, conduzindo à tentação de ingerência presidencial na acção do governo. Temos de nos preparar, sem ilusões, para dificuldades crescentes por parte de Belém.

### 4.4 Um salto qualitativo nas autárquicas

As próximas eleições autárquicas têm de ser um salto qualitativo na vida do PS. Queremos mais mulheres a candidatar-se e não apenas a segundos lugares. Queremos mais portugueses de todas as origens e mais imigrantes.

Queremos maior transparência no financiamento das campanhas eleitorais.

Queremos sobretudo maiores oportunidades de abertura do PS a novos rostos e novas competências. É por aí e pela limitação de mandatos dentro do próprio partido que passam a reforma do sistema político e as novas fronteiras da cidadania.

### 4.5 Reinventar o socialismo

Há em todo o país socialistas empenhados no movimento sindical, nas autarquias, em movimentos juvenis, nas escolas, em causas associativas, em instituições de solidariedade social, em causas cívicas. O choque entre as tarefas de cada um e as propostas do governo é frequente. Todos os dias sentimos a críspação da sociedade portuguesa, todos os dias somos chamados, não apenas a defender a maioria que elegemos, mas sobretudo a dar a cara pelos valores em que acreditamos. Temos por isso toda a legitimidade para exigir do governo e da maioria parlamentar que não desmereçam a confiança neles depositada e para exprimir neste Congresso os nossos pontos de vista e as nossas aspirações. Há mais vida para além do governo.

Estamos convencidos que a democracia participativa pode e deve ser uma forma de renovar e revigorar democracia representativa.

Temos na nossa frente a oportunidade histórica de reinventar o socialismo. É essa a nossa principal responsabilidade aqui e agora. Para lá das divergências e das funções que cada qual desempenha, temos de exigir de todos que solidariedade e cidadania não sejam palavras vãs.